UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MÁRCIO DIONIZIO INÁCIO

Território e vulnerabilidade: relatos de exceções,
irregularidades e táticas vividas na não-cidade

SÃO PAULO
2014

MÁRCIO DIONIZIO INÁCIO

**Território e vulnerabilidade: relatos de exceções,
irregularidades e táticas vividas na não-cidade**

(Versão Original)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Professora Associada
Dra. Belinda Piltcher Haber Mandelbaum

SÃO PAULO
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Inácio, Márcio Dionizio.

Território e vulnerabilidade: relatos de exceções, irregularidades e táticas vividas na não-cidade / Márcio Dionizio Inácio; orientadora Belinda Piltcher Haber Mandelbaum. -- São Paulo, 2014.

84 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Antropologia urbana 2. Irregularidades (subjetividades) 3. Periferia 4. Etnografia 5. Território 6. Pobreza I. Título.

GN395

INÁCIO, Márcio Dionizio.

Território e vulnerabilidade: relatos de exceções, irregularidades e táticas vividas na não-cidade.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para meus pais, Efigênia e Arlindo.

Migrantes de Minas Gerais para o Jardim Ângela. Ensinaram-me o sentido da solidariedade e da importância de ter força diante das adversidades.

Para Valéria.

Companheira paciente nos momentos tensos, alegria nos dias tristes e motivação em meus desandares.

Em memória de Frei Airton Pereira da Silva.

Dominicano presente na vida dos pobres sem casa, sem teto, sem regularidade... Mas com esperança.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores do Jardim Chácara Bananal. As relações estabelecidas durante esta pesquisa me deram muito mais do que posso retribuir. Muito obrigado.

À minha querida professora Belinda Mandelbaum. Com sua ajuda cuidadosa, respeitosa e absolutamente fraternal, foi possível chegar até aqui, conservando neste trabalho muito do que pudemos dialogar. À minha grande mestra, meu agradecimento, respeito e admiração.

Aos queridos professores Sylvia Leser de Melo, André Vitor Singer, Luís Guilherme Galeão da Silva, Leny Sato e Marilene Grandesso que aceitaram fazer parte da banca de defesa, meus agradecimentos pela disponibilidade e partilha.

À Professora Marilene Proença Rebello de Souza, Presidenta da Comissão de Pós-Graduação, pela concessão de bolsa do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino.

Aos colegas do Laboratório Renata Munhoz, Willian Tito, Luís Fernando Saraiva, Luís Otávio, Joyce Rezende, João Victor de Souza Reis, Lia Vainer Schucman e Péricles Pinheiro. Pessoas generosas e dispostas às trocas cotidianas e ao aprendizado conjunto.

Aos meus amados professores Bernardo Parodi Svartman, Marilene Proença Rebello de Souza, Ecléa Bosi e José Guilherme Cantor Magnani. Seus ensinamentos foram de vital importância para minha formação.

Às dedicadas Marinalva Almeida Santos Gil, Rosângela Serikaku Sigaki e Selma Aparecida Rezzetti Loyola. Sempre atenciosas e disponíveis para conosco, pós-graduandos.

Aos meus irmãos José Inácio, Avanir Dimas, Nilda Maria, Marisa Aparecida e Marcelo Inácio. Com eles dividi muitas dificuldades ao longo da vida e com eles aprendi a ser forte.

A Márcia Volponi e Rosane Gibertoni, amigas nos apertos e sempre generosas.

Às minhas amigas Andrea Mataresi e Miriam Araújo, companheiras de muitas manhãs na Universidade.

À querida Fernanda Leite que, para mim, confirma o adágio: “Quem encontra um tesouro vende tudo para ficar com ele.” Obrigado pela gratuidade de sua amizade e às muitas escutas que me ofereceu.

Às amigas Juliana Martins e Juliana Brandão por todo o apoio que me foi dado.

Aos Padres Jaime Crowe, Eduardo, Nelson Crisóstomo de Souza e Wilmar Gama, mais que pais espirituais, exemplos de vida.

Às amigas Alice Teodoro, Fernanda Paula e Fabiana Lima. Por tudo o que passamos juntos.

Às tantas pessoas do Jardim Ângela, com as quais compartilhei angústias e sofrimentos e que nunca me deixaram sentir sozinho.

Ultrapassa-te a ti mesmo a cada dia, a cada instante. Não por vaidade, mas para corresponderes à obrigação sagrada de contribuir sempre mais e sempre melhor, para a construção do Mundo. Mais importante que escutar as palavras é adivinhar as angústias, sondar o mistério, escutar o silêncio. Feliz de quem entende que é preciso mudar muito para ser sempre o mesmo.

Dom Helder Câmara

RESUMO

INÁCIO, M. D. **Território e vulnerabilidade**: relatos de exceções, irregularidades e táticas vividas na não-cidade. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Um dos campos mais ativos da Psicologia Social brasileira hoje é a comunidade, definida aqui no contexto territorial de sua existência. Este trabalho tem como base uma pesquisa de campo realizada com moradores de um território específico, o Jardim Chácara Bananal, situado no distrito do Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo. A população que habita esse espaço é predominantemente de migrantes que, atraídos pelo processo de industrialização da região de Santo Amaro e da marginal do Rio Pinheiros, instalaram-se de maneira precária nas áreas periféricas; posteriormente foram *empurrados* para regiões mais distantes do centro da Cidade, em razão da especulação imobiliária. Esses espaços, que não foram planejados e, por isso, não contavam com infraestrutura para abrigar esses habitantes, são áreas de manancial do município de São Paulo; sua ocupação atribui a seus moradores o *status* de *irregulares*. A própria ideia de irregularidade confere a eles um tratamento de exceção no que diz respeito às regras aplicadas aos considerados regulares, desaplicando-se aos encerrados naquela condição. O que pretendo é revelar como as pessoas que vivem nesse lugar compreendem-se na condição de *irregular*. Nesse sentido, descobri no território mais do que uma delimitação ou inscrição em mapas: um espaço de vida, de sociabilidade e, conseqüentemente, um lugar de constituição e transformação de subjetividades. Essas pessoas têm suas subjetividades afetadas pela irregularidade. Assim, são marcadas pelo medo de serem removidas de suas casas, pela própria definição como sujeitos irregulares pelo poder público; também o são pela forma de se comunicarem, pelas táticas de sobrevivência e pela relação patrimonialista com alguns políticos, dentre outros aspectos decorrentes. Por outro lado, são também subjetividades de pessoas que se veem como cidadãos de direitos, que acreditam na solidariedade e que lutam para ser reconhecidos como pertencentes à cidade. O material que será apresentado é fruto de observações de campo e de entrevistas com esses moradores. O território é revelador de significativas alternativas de enfrentamento de adversidades. As narrativas e histórias de vida de seus moradores estão marcadas por essas alternativas. É importante que elas sejam reconhecidas e consideradas pelos gestores públicos ao se conceberem políticas e intervenções em áreas vulneráveis socialmente, visando levar dignidade ao povo que as habita.

Palavras-chave: Antropologia Urbana. Irregularidades (Subjetividades). Periferia. Etnografia. Território. Pobreza.

ABSTRACT

INÁCIO. M. D. **Territory and vulnerability**: reports on exceptions, irregularities and tactics experienced in the non-city. Dissertation (Master Degree) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2013.

Nowadays, one of the most active fields of the Brazilian Social Psychology is the community, defined here in the territorial context of its existence. The basis of this dissertation is a fieldwork done with people living in a specific territory called Jardim Chácara Bananal, which is in Jardim Ângela district, southern area of São Paulo city. The people living there are mainly migrants who were attracted by the industrialization process both in Santo Amaro district and Pinheiros River marginal road, and this is why they installed themselves precariously in the peripheral area. Later on they were pushed to areas further from the center of the city, because of estate speculation. Such areas, which were not planned and, therefore, did not have any infrastructure to take in those inhabitants, are fountainheads of São Paulo city, which gives their inhabitants an irregular status. The very idea of irregularity provides them with a treatment of exception as to the rules applied to the ones who are considered regular. What I intend to do is to show how the people living in those areas see themselves in the condition of being irregular. In the territory studied, I found out more than a border or a reference in a map: it is a space of life, of sociability, and, therefore, it is a place where subjectivity is constituted and transformed. Such people's subjectivity is affected by irregularity. They are marked by the fear of being taken from their houses, by the very definition of being irregular from the government's point of view, as well as by the very way they communicate, by their survival tactics and the patrimonial relationship with some politicians. On the other hand, it is the subjectivity of people who see themselves as citizens who have rights, who believe in solidarity and who strive to be recognized as belonging to the city. The material presented here comes from field observations and interviews with the inhabitants of the territory studied. The territory reveals significant alternatives to face adversities. Both the narratives and the stories of its inhabitants' lives are marked by those alternatives. It is important that public managers recognize and take them into account when they conceive policies and interventions for socially vulnerable areas, so as to give dignity to the people who live there.

Keywords: Urban Anthropology. Irregularity (subjectivity). Peripheral area. Ethnography. Territory. Poverty.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Imagem de casas que foram demolidas.....	34
Fotografia 2 - Alicerce de uma casa demolida	34
Fotografia 3 - Demolição. Ao fundo a Represa do Guarapiranga.....	35
Fotografia 4 - Vista da Rua Projetada: principal acesso ao bairro.....	40
Fotografia 5 - Imagem do Bananal II	41
Fotografia 6 - Faixa de inauguração de um mercadinho.	45
Fotografia 7 - Dia de chuva no território.	46
Fotografia 8 - Ponto de descarte de lixo na entrada do Bairro	47
Fotografia 9 - Vista do correio comunitário.....	48
Fotografia 10 - Incêndio.....	61
Fotografia 11 - Incêndio.....	62
Fotografia 12 - Incêndio.....	62
Fotografia 13 - Incêndio.....	63
Fotografia 14 - O porco ao fundo	63
Fotografia 15 - Horta no quintal de uma das moradoras do bairro	76
Fotografia 16 - Fogão a lenha encontrado em uma das moradias do bairro	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OBJETIVO.....	18
2. OS POBRES	19
3. TERRITÓRIO	29
3.1. Os participantes da pesquisa	37
3.2. Um lugar chamado Chácara Bananal	39
4. EM CAMPO	51
4.1. Ser <i>irregular</i> é... ..	51
4.2. “Muito prazer, meu vulgo é...”	54
4.3. Léxico dos irregulares	55
4.4. “Fazer vista grossa”	57
4.5. Táticas.....	58
4.6. Imprevistos.....	60
5. A IRREGULARIDADE NA HISTÓRIA DE VIDA	64
5.1. O que dizer da irregularidade na infância?.....	64
5.2. A circulação.....	67
5.3. Circulando por São Paulo	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	80
ANEXO	83

INTRODUÇÃO

*Seu José, mestre carpina,
que diferença faria
se, em vez de continuar,
tomasse a melhor saída:
a de saltar, numa noite,
fora da ponte e da vida?*

João Cabral de Melo Neto

Ao me colocar a tarefa de pesquisar a vida dos pobres, sempre estive presente em minhas reflexões a vida dos moradores do Jardim Ângela, vida que se confunde com a minha, uma vez que nasci e vivo nesse território. Os habitantes desse distrito se deparam, cotidianamente, com o desafio de provar para os administradores da cidade que também fazem parte dela. Em muitas ocasiões, a relação entre os dois lados é tão tensa e mediada por tanta precariedade, que a dor da exclusão parece encerrar essas pessoas em uma condição de habitantes de outro lugar que não pertence à cidade.

Foi em 2004, em um desses momentos de tensão, que pude ouvir pela primeira vez a expressão que faz parte do nome deste trabalho: não-cidade. Durante a campanha de reeleição da prefeita Marta Suplicy, em uma reunião com a população no Largo do Jardim Ângela, os moradores, indignados, reclamavam que se sentiam esquecidos pela administração municipal, denunciando o pouco investimento na região e a falta de diálogo com o poder público. Em um determinado momento, padre Jaime, liderança local e militante dos direitos sociais, expressou o sentimento que incomodava a todos: *“somos a não-cidade”*.

A prefeita rebateu, tentou contestar e provar o contrário, afirmando que conhecia muito bem a região e que teria passado pela ponte Goulart para chegar ao local. Tal afirmação, contudo, foi uma gafe, pois certamente estava se referindo à conhecida ponte do Socorro, oficialmente ponte Santo Dias da Silva. É grave a confusão entre os nomes. Eles se referem a personagens muito distintos política e ideologicamente; além disso, a ponte do Socorro não apenas identifica um trajeto: ela é como um hífen que conecta e explicita a separação entre dois mundos: cidade e não-cidade.

Temendo uma contra-argumentação, a prefeita deixou o espaço, entre espanto e riso da plateia.

Vale explicitar que Santo Dias da Silva foi um operário assassinado em 1979 por um policial militar durante uma greve de metalúrgicos em frente à então fábrica Sylvania; dedicou sua vida a reduzir as distâncias sociais com seu trabalho comunitário e sindical. Já o citado Goulart, refere-se a Vitorino Goulart da Silva, sobre o qual não há muitas informações. No entanto, descobri que ele é o pai de Antônio Goulart, vereador que está exercendo o quarto mandato no município de São Paulo e que foi o terceiro com maior número de votos. Na página do vereador, na *internet*, consta entre suas propostas a viabilização do projeto de lei para a construção do Complexo Jurubatuba, que resultou na ponte que recebeu o nome de Vitorino Goulart. Pela página do vereador, nota-se ainda que ele se orgulha de suas quatro paixões: a família, a maior coleção de cachaça do mundo, o trabalho beneficente e o Sport Club Corinthians Paulista.

Consoante à ideia de não-cidade, neste trabalho, eu pretendia inicialmente estudar como as famílias pobres vivem e definem as formas de viver e de se relacionar no seu território.

Tomei a etnografia como referência metodológica para captar essas percepções. Através desse método, eu poderia trazer à discussão aquilo que se revela no encontro entre “pesquisador” e “pesquisados”.

A respeito da pesquisa etnográfica, “É definida como uma pesquisa sobre e nas instituições, baseada na observação participante e/ou em registros permanentes da vida diária nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece” (SATO; SOUZA, 2001).

Acredito que, na perspectiva etnográfica, busca-se uma tecedura dos distintos planos da realidade, como nos inspira Geertz (1989), ao se referir à descrição densa da cultura. Para esse autor, a cultura é constituída por uma complexa teia de significados, o que o leva a conceituá-la dentro do campo da Semiótica. Daí a necessidade de um esforço descritivo denso para compreender cada plano possível de qualquer realidade que se queira estudar.

Outro ponto importante na presente pesquisa diz respeito à concepção na qual me baseei ao pensar a Etnografia. Reconhecendo os limites de não ser

antropólogo, não adotei a Etnografia no seu clássico “jeito de fazer”, que inclui longo tempo de permanência, lugar e língua estranhos ao pesquisador, dentre outros. Ao contrário, adaptei o fazer etnográfico ao contexto que pesquiso (ROCKWELL, 2009). Considerando que tenho relação com o lugar pesquisado e que ele não faz parte de uma cultura diferente da minha, adoto o fazer etnográfico como uma postura em campo. Ouso dizer que meu trabalho parte de um olhar etnográfico, mas não de uma perspectiva etnográfica clássica: não é desse “lugar” que a faço.

Considerando-se a legitimidade de se trabalhar na perspectiva etnográfica e resguardando as condições explicitadas, proponho-me a realizar esta pesquisa com a preocupação de retratar a vida e alguns aspectos das subjetividades que emergem no campo específico pesquisado:

O etnógrafo não prevê o desenrolar de sua pesquisa; não segue um protocolo preestabelecido que ditaria sua conduta em toda a ocasião. Capta as oportunidades do campo, pega as pistas que se abrem, mas as controla bem de perto depois (BEAUD; WEBER, 2007, p. 193).

Ainda aproveitando os ensinamentos de Geertz (1989), faço uma advertência: a Etnografia não é simplesmente uma questão de método, é um empreendimento. “O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’” (p. 15).

Produzir essa descrição é algo que só se consegue na proximidade, no refinamento do dia a dia, no investimento no trabalho de campo para poder ver além, ver junto, ou de perto e de dentro, como nos ensina o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (2002).

Porém, nesse mergulho na vida dos participantes desta pesquisa, ocorre que fui capturado por um tema, como diz minha orientadora, Belinda, em nossas reuniões. Esse tema é a irregularidade e será desenvolvido adiante.

Com esta pesquisa, espero poder colaborar para a construção de políticas públicas, convidando os gestores a ver os pobres pela riqueza do olhar e da cultura que lhes são próprios e autênticos. Destaque-se que as políticas públicas voltadas para essa população ainda são planejadas a partir da centralidade do poder econômico e administrativo das cidades. Desafio assim o gestor que adota o

paradigma dominante, que costuma pensar as intervenções sociais do centro para a periferia, a adotar uma visão que parta da periferia para o centro.

Vale demarcar que este trabalho apoia-se, dentre outros referenciais, na pesquisa realizada em 1988 por Cynthia Andersen Sarti. Essa pesquisa deu origem ao livro *A família como espelho* (SARTI, 2007). Na época, a autora investigou as categorias morais pelas quais os pobres compreendem o lugar que ocupam na sociedade. O território escolhido pela pesquisadora foi um bairro da subprefeitura de São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo. Não se pode negar que, passadas duas décadas da pesquisa de Sarti, as periferias de São Paulo experimentaram mudanças e transformações.

Há que se considerar ainda que no presente momento, tendo como parâmetro de comparação o trabalho de Sarti (2007), novos atores e agências passaram a fazer parte do cotidiano dos pobres, como os agentes de saúde da família, os da proteção social, os ambientais e o crime organizado. Essas novas agências se integram na perspectiva das trocas que se dão a todo o momento no território. Eles interagem, contrastam-se e testam suas legitimidades perante as lideranças nativas e outros atores que estão há mais tempo no território, como é o caso de alguns políticos e seus cabos eleitorais. Possivelmente, há algo novo sendo produzido com essas mudanças.

Por fim, vale mencionar, de forma sistematizada, o percurso que fui organizando para realizar este estudo. Do estado indiferenciado de morador da região ao de pesquisador, decorreu muito tempo. Assim, destaquei cinco momentos que são significativos para mim: pré-pesquisa, recuperação da história local, mergulho etnográfico, perspectiva dos irregulares e irregularidade nas histórias de vida.

– **Pré-pesquisa:** diz respeito a como vou me aproximando especificamente do território pesquisado. No princípio, a aproximação ocorreu por meio de um trabalho direto nesse local, o Programa de Assistência Social às Famílias (PROASF), em 2003 e 2004. Com base nessa experiência, conheci o bairro, algumas lideranças e fiquei instigado a retratar, de alguma maneira, o que pude ver e viver.

– **Recuperação da história local:** foi possível por meio do levantamento que fiz com alguns moradores. Em entrevistas, eles apresentaram as diferentes narrativas da ocupação e formação do bairro.

– **Mergulho etnográfico:** com base na perspectiva etnográfica, estabeleço a convivência com os moradores no principal espaço de sociabilidade: a associação de moradores. Surgem as incursões em botecos, locais de tráfico, ruínas e em alguns estabelecimentos comerciais. Aparecem também os convites para adentrar algumas casas, conversar nas calçadas e até para apadrinhar uma criança.

– **Perspectiva dos irregulares:** mergulho na perspectiva etnográfica com foco nas minhas questões de fundo. A proposta é pensar os sujeitos *irregulares* - tema que será aprofundado adiante - produzidos na lógica da exceção, tendo como consequência a humilhação social e mostrando as táticas (CERTEAU, 2008) como alternativas de superação.

– **A irregularidade nas histórias de vida:** ao me aproximar de alguns moradores e ouvir suas histórias de vida, foi possível descobrir que a irregularidade está presente nessas narrativas, o que me fez eleger algumas cenas e apresentá-las no contexto deste trabalho.

Algumas correções se fizeram necessárias ao longo da pesquisa. No princípio, a perspectiva era estudar as famílias do Bananal, bairro que fica no extremo da zona sul da cidade de São Paulo. Porém, pesquisar a família acaba implicando uma aproximação do espaço da intimidade, da casa, da vida privada. Essa entrada não foi possível de início. A rua, por si só, também não se revelou como espaço de sociabilidade capaz de permitir as interações e a proximidade necessárias para se entrar na perspectiva dos moradores do local. Mesmo com o apoio das lideranças, o fato de ser um estranho, ainda mais nas ruas do bairro, dificultava as coisas em certa medida. Além disso, não há quase espaços públicos no Bananal, o bairro não é totalmente pacífico e a presença do controle pelo tráfico causa insegurança aos de fora. A saída foi encontrar um dos núcleos do “pedaço” (MAGNANI, 1998) local: o correio. A partir dessa descoberta, a pesquisa ganhou corpo e pude fazer as observações com mais tranquilidade.

Destaco que minha pertença ao território foi um fator importante na realização deste trabalho: o acesso possibilitado colaborou para que muito se revelasse no

diálogo e na observação em campo, para além da aparência imediata. Nas palavras de Geertz (1989, p. 19):

[...] esse fato – de que o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem – está obscurecido, pois a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente.

Pertencer a uma comunidade que se pesquisa pode ser um elemento que facilita o trânsito do pesquisador. Não tenho dúvidas de que as portas se abrem, e, em certa medida, conhecer os códigos locais ajuda a livrar de algumas enrascadas, embora apareçam outras.

O fato de ser nativo do distrito do Jardim Ângela não me faz prescindir da necessidade de situar-me (GEERTZ, 1989). Pesquisar especificamente o Bananal exige compreender sua densidade ao estar em campo.

Um dilema quando se pesquisa “de dentro” é a própria condição de ser “nós” e ser “outro” em circunstâncias diferentes. Na condição de “nós”, o estranhamento necessário para se fazer uma pesquisa etnográfica causa estranheza aos pesquisados: é como se perguntássemos o óbvio. Não raras vezes, ouve-se: “Como você não sabe isso?”

Por outro lado, ser “outro”, na perspectiva do território, é ter acessos negados, ter responsabilidades cobradas, é ser estranhado pelos afins.

Quando eu me sentia próximo o bastante para ir direto a questões polêmicas, não surtia resultado. Ao perguntar sobre a violência, eu ouvia sonoros: “Isso é igual em toda cidade”.

Quando deixei de perguntar dessa forma e passei a dialogar, pude ver a singularidade dessa questão na comunidade. Aprendi a ter paciência fazendo Etnografia. O alento veio com as palavras de Geertz (1989, p. 24): “Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. [...] Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade”.

Vale mencionar que esse esforço semiológico não retira do trabalho que desenvolvo a perspectiva histórica e política. Como se verá, a comunidade pesquisada me interroga quanto à exclusão, à produção da desigualdade e à continuidade da humilhação social.

1. OBJETIVO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como os moradores de uma região da cidade de São Paulo, classificada como sendo de alta vulnerabilidade social têm, nesse território, suas formas de viver e se relacionar afetadas pela condição de irregularidade. A partir dessa compreensão, retratar como essa irregularidade impacta a subjetividade desses moradores no que diz respeito à sua pertença à cidade e quais estratégias são objetivadas nessa relação.

2. OS POBRES

O tema da pobreza foi e é alvo de pesquisas e estudos nos mais diferentes campos científicos. Da experiência da pobreza, há muito que se aprender, principalmente quando se adota uma perspectiva com base no olhar de quem a vive:

A pobreza é um problema para quem a vive não apenas pelas difíceis condições materiais de sua existência, mas pela experiência subjetiva de opressão, permanente e estrutural, que marca sua existência, a cada ato vivido, a cada palavra ouvida (SARTI, 2007, p. 12).

Ser pobre é uma experiência mais ampla do que a redução socioeconômica que geralmente se faz dela: é viver em busca de soluções nem sempre possíveis no momento.

A condição de pobreza me leva a pensar em um fenômeno diretamente relacionado a ela: a exclusão.

José de Souza Martins (2009), em um texto produzido especificamente para assessorar movimentos sociais e dirigindo-se aos militantes em um encontro de formação, faz uma provocação instigante: “O primeiro ponto que é preciso comentar, a partir de tudo o que foi relatado, é que não existe exclusão” (p. 25). O autor afirma que os movimentos, quando se referem à questão da exclusão, estão, de forma implícita, falando também dos ajustamentos econômicos, sociais e políticos que os excluídos precisam fazer em decorrência de sua condição. Para Martins (2009), o problema da exclusão passa a ser a necessidade de se incluir, processo muitas vezes doloroso para quem precisa fazê-lo.

O autor aponta que a exclusão nasce dentro da sociedade capitalista e afirma que a lógica dessa sociedade é o da circulação das mercadorias. Nesse sentido, a exclusão está relacionada ao desenraizamento. Em razão disso, ele afirma: “É uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir, porque tudo deve ser lançado no mercado; para que tudo e todos sejam submetidos às leis do mercado” (MARTINS, 2009, p. 30).

Essa exclusão que desenraiza provoca no excluído um movimento necessário de reinclusão. Os esforços nesse sentido se dão em condições quase sempre mais

precárias e absolutamente em uma perspectiva que entrega ao pobre, de maneira isolada, a tarefa de não sucumbir. Tal fenômeno favorece o aparecimento de um novo modo de vida dos excluídos, que não conseguem ser reincluídos nos moldes anteriores. Eles precisam, muitas vezes, contar com a própria sorte e com a criatividade para sobreviver (MARTINS, 2009).

Nesse ponto, Martins (2009, p. 33) chama a atenção para um aspecto muito importante:

Essa reinclusão, porém, se dá no plano econômico: a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social. A pessoa não se reintegra numa sociabilidade “normal”. A reintegração não se dá sem deformações no plano moral; a vítima não consegue se reincluir na moralidade clássica, baseada na família, num certo tipo de ordem.

O que fica claro é que essa nova inclusão integra as pessoas no aspecto econômico da sociedade. No entanto, esse mesmo processo, que tem em sua base o desenraizamento, é desintegrador dos laços familiares, das relações comunitárias e das condições de se viver com dignidade.

Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excluyente do ponto de vista social, moral e até político (MARTINS, 2009, p. 34).

Acredito que está longe do que o autor pensa, mas vale explicitar certo temor que tenho: o risco de que se interprete a sociabilidade dos ditos “incluídos” como sendo “normal”. O trabalho que fiz em campo vai mostrar a complexidade e a diversidade da sociabilidade dos que vivem na condição de pobreza e exclusão.

Diante de tudo isso, não é novidade que o fenômeno da desigualdade está por trás da constituição das áreas vulneráveis. Destaco, porém, que há um modo ideologicamente cômodo de encará-la: aquele que tende a naturalizá-la. Essa leitura favorece a compreensão de que as diferenças sociais são normais e determinadas. Ora são vistas como fruto de uma fatalidade, ora como falta de esforço pessoal. Tal noção revela um aspecto que as classes dominantes brasileiras sempre ocultaram: essa desigualdade é produzida historicamente.

A produção da desigualdade é, no fundo, uma prática autoritária, como assinala Dirce Koga (2003): “A sociedade brasileira tem suas raízes fincadas em experiências históricas que acabam por nutrir suas formas relacionais, políticas, econômicas, organizacionais, éticas de funcionamento marcadamente autoritárias” (p. 40).

Reconhecer isso é desconstruir a ideologia presente de que todos são iguais e de que a cidadania é para todos: na verdade, cidadania é para todos: ocorre que os direitos não são universalizados. Ademais, não há implicações para os representantes do Estado quando da sua não efetivação (PINHEIRO, 1991).

Para o professor José Moura Gonçalves Filho (2007), essa desigualdade ganha outra amplitude: a da dominação. “A dominação compõe o ambiente em que a altura humana perde balanceamento e entra em depreciação ou exaltação [...]. Dominação é fenômeno político por excelência” (p. 208).

Como consequência, os pobres vivem uma condição de condenação, fruto de práticas autoritárias históricas:

Assim, o autoritarismo da sociedade brasileira apresenta-se mais cruel ao circunscrever as classes pobres à condenação, à exclusão, à falta de perspectivas, num país onde são denominadas pelo próprio governo como ‘inempregáveis’ (KOGA, 2003, p. 50).

Esta pesquisa teve como ponto de partida o estudo realizado por Cynthia Sarti (2007). Nele, a autora faz uma cuidadosa revisão sobre a maneira como os pobres são tratados nas Ciências Sociais, a partir do século XX. Ela inicia mostrando que eles, no geral, foram tomados como *sujeitos faltantes*. Essa concepção obedece a um processo que, em um primeiro momento, define-os como *faltantes* em relação à questão de renda. Em seguida, tendo em conta a ampliação do conceito de pobreza, são *faltantes* enquanto sujeitos excluídos do acesso a direitos de cidadania:

Nessa perspectiva, surge a crítica ao pensamento sociológico que analisa as classes populares a partir de referências positivas, daquilo que lhes falta. Como se a falta, assim como a dor, fosse um atributo do outro. O pesquisador, ao negar referências positivas aos que são socialmente desfavorecidos ou oprimidos, nega defensivamente seu próprio limite, a falta em si mesmo, dando ao seu discurso um caráter absoluto (SARTI, 2007, p. 14).

Há uma sinalização que a autora faz sobre a maneira como os pobres são retratados e o que pesa nessa forma de compreendê-los:

Nas diferentes imagens que foram construídas pelas ciências sociais brasileiras, percebe-se uma identificação por contrastes, fazendo dos pobres um “outro”, que muitas vezes diz mais de quem fala do que de quem se fala, num mecanismo do tipo projetivo (SARTI, 2007, p. 35).

A autora reconhece ainda que algumas leituras sobre os pobres, tendo como método o Marxismo, acabaram por desconsiderar o universo simbólico de suas vidas, esvaziando-o. Assim, a vinculação dos pobres à categoria de classe trabalhadora reforçou esse esvaziamento e ainda depositou neles uma expectativa revolucionária. Por outro lado, Sarti reforça que essas análises, que tomaram os meios de produção como centro, ainda favoreceram os estudos sobre a família e sobre a mulher como unidades de reprodução de forças laborais.

“A pobreza é uma categoria relativa. Qualquer tentativa de confiná-la a um único eixo de classificação, ou a um único registro, reduz seu significado social e simbólico” (SARTI, 2007, p. 42).

Uma importante mudança de rumo no olhar sobre os pobres tem origem nas inserções de antropólogos em campo, principalmente no que tange à Antropologia Urbana (SARTIR, 2007). A partir daí, passou-se a considerar o paradigma da cultura como referencial, tendo como consequência uma reveladora integração do universo simbólico das populações em seus estudos.

Os moradores do território pesquisado por mim experimentam, cotidianamente, a condição da pobreza. Uma marca da vida desses moradores é a condição de irregularidade, que, nesse caso, foi-lhes atribuída pelo poder público, por considerar ilegal o processo de ocupação do bairro.

Esses moradores estão inseridos em um processo histórico de ocupações na cidade de São Paulo ocorrido entre as décadas de 60 e 70 do século passado. No caso específico da zona sul, os moradores foram atraídos para lá pelo processo de industrialização de Santo Amaro e da Marginal do Rio Pinheiros. Como essas áreas estavam reservadas para as fábricas, boa parte dos trabalhadores nelas

empregados se instalou nas zonas periféricas, mas contrariando o mercado imobiliário, que estabelece uma relação de consumo do espaço: ser proprietário de um terreno. A esse respeito, Milton Santos (2007, p. 61) faz um interessante comentário:

E o direito de morar? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa, é objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes, de boas intenções e, mais frequentemente, destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez para mais longe uma proposta correta que remedeie a questão. Por enquanto, o que mais se conseguiu foi consagrar o predomínio de uma visão imobiliária da cidade, que impede de enxergá-la como uma totalidade.

Habitantes da cidade que romperam com a lógica especulativa excludente do mercado de corretagem imobiliária não passaram impunes por essa ruptura. Uma das consequências diretas que sofreram foi a criação, por esse mercado, de condições desfavoráveis à possibilidade de morarem nos centros mais incluídos e financeiramente mais privilegiados da cidade, ou seja, estão à parte do que Milton Santos define como “circuito superior” (SANTOS, 2006).

Milton Santos aponta, assim, uma chave para o estudo das cidades: a possibilidade de entendê-las como dois subsistemas, chamados de “circuito superior” e “circuito inferior”. O circuito superior, originário da modernização tecnológica, representa um espaço de inclusão e de interesses econômicos. O circuito inferior é o lugar de vida das populações pobres, marcado por atividades de pequena dimensão e de interesse dessas populações. De maneira crítica, ele aponta que o circuito superior sempre foi colocado como principal e até mesmo como a cidade em si, deixando a outra parcela do espaço totalmente excluída. Contudo, ele sublinha a importância de considerar o circuito inferior como relevante para a compreensão da realidade urbana (SANTOS, 2006).

Uma consequência dessa fragmentação do espaço é a exclusão dos pobres do acesso aos bens e políticas públicas da cidade. É nesse panorama que, por exemplo, parte dos moradores do Jardim Chácara Bananal não tem direito a saneamento básico, água, luz, esgoto, dentre tantos outros direitos fundamentais. A justificativa para tal exclusão é o fato de estarem em área de manancial e de, por essa razão, serem irregulares.

Flagrar essa situação em campo foi determinante para que se pudesse passar do conceito de pobreza para a vida do pobre no cotidiano desse território tão específico. Essa proximidade favoreceu que se avançasse da condição de exclusão, definida até agora, para a de irregularidade.

O lugar de *irregular* confere a seus moradores um estado de exceção à regra – regra que, no sentido pleno do que estamos falando, deveria ser a cidadania, os direitos. Há certa perversidade nessa operação de constituição de pessoas *irregulares*. Agamben (2010) propõe um olhar atento à questão da instituição de um sujeito para quem a regra aplicada é a exclusão da regra. Claro que o autor está analisando as condições de constituição do estado de exceção totalitário, quando o Estado promove uma inclusão exclusiva, justificando assim a constituição dos campos de trabalhos forçados e de extermínio. Nas palavras dele:¹

Assim como, na exceção soberana, a lei se aplica de fato ao caso excepcional desaplicando-se, retirando-se deste, do mesmo modo o *homo sacer* pertence ao Deus na forma de insacriticabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. A vida insacriticável e, todavia, matável, é a vida sacra (AGAMBEN, 2010, p. 84).

Um elemento que Agamben (2010) destaca na vida desse sujeito é a ambiguidade que se forma em torno de sua constituição. Esse sujeito, ele nomeia como *homo sacer*, ele reúne em si uma ambiguidade entre ser alguém banido – um pária – e ser alguém sagrado, protegido por leis divinas.

Aqui vale fazer um esclarecimento: é de uma antiga figura do Direito Criminal romano, citada por Sexto Pompeu Festo, um gramático do século II d.C., que Agamben apreende as condições de vida do *homo sacer*. Em sua origem, o *homo sacer* é matável, mas não sacrificável. A consequência direta dessa condição é a não-punição de sua morte e a proibição de seu sacrifício. Assim, a proibição do sacrifício do *homo sacer* impede que se dê a passagem entre a justiça humana, que não proíbe que ele seja morto, e a justiça divina, pelo sacrifício. Essa operação retira o *homo sacer* da justiça humana e o coloca fora, vulnerável, sem que a passagem

¹ Cabe esclarecer que o objeto inicialmente estudado por Agamben como lugar do estado de exceção é o campo de concentração nazista. Compreender essa exceção e a produção da condição de campo na irregularidade é a aproximação que será feita nesta pesquisa, muito embora o próprio autor extrapole essa definição para outros espaços de exceção no seguimento de seu trabalho (Agamben, 2010).

para a justiça divina se dê, ao que configura que sua morte não seja vista como um sacrilégio, dada a sua condição de transição (AGAMBEN, 2010).

Em certa medida, é dessa ambiguidade que padecem os pobres. Por um lado, eles são dignos dos direitos humanos, tendo sua integridade respeitada; por outro, levados à condição de irregulares, eles não existem civilmente, não fazem parte das estatísticas e por essa razão, como o *Sacer* de Agamben, eles podem morrer. Só não podem ser mortos pelo Estado, porque as convenções legais os protegem.

A sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como um direito humano em todos os sentidos fundamental, exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono (AGAMBEN, 2010, p. 91).

Resultante dessa ambiguidade, temos uma concepção de vida que pode ser sujeita a partir da esfera de decisão soberana, assim nomeada por Agamben (2010). A essa soberania é concedida uma possibilidade, conforme o autor: “[...] matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera” (p. 85). E a vida que resulta desse estado não é uma vida revestida pela cidadania e pelos direitos, mas o que ele chama de vida nua (AGAMBEN, 2010).

Ele discorre sobre outro conceito que está absolutamente vinculado ao de estado de exceção: o conceito de campo. Essa ideia merece algumas considerações. No plano histórico, ele resgata que os campos nascem do estado de exceção e não do ordenamento jurídico. As justificativas iniciais para a sua criação eram a segurança e a manutenção da ordem (AGAMBEN, 2010).

O autor conceitua o campo na perspectiva do contexto que o cria: “O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra” (AGAMBEN, 2010, p. 164).

Ele aproveita para pontuar em que medida o campo vai se instaurando, deixando seu aspecto provisório ao passo que ganha permanência:

Nele, o estado de exceção, que era simplesmente uma suspensão temporal do ordenamento com base numa situação factícia de

perigo, ora adquire uma disposição espacial permanente que, como tal, permanece, porém, estável fora do ordenamento normal (AGAMBEN, 2010, p. 165).

Agamben demonstra como um refinado mecanismo está na base da constituição da exceção que é o campo. Uma interpretação apressada pode fazer parecer que a exceção criada no campo é uma espécie de exclusão, de expulsão para fora da ordem, mas o autor ajuda e reconsiderar esse modo de compreender.

É preciso refletir sobre o estatuto paradoxal do campo enquanto espaço de exceção: ele é um pedaço do território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, mas não é, por causa disso, simplesmente um espaço externo. Aquilo que nele é excluído é, segundo o significado etimológico do termo exceção, capturado fora, incluído através de sua própria exclusão. Na medida em que o estado de exceção é, de fato, “desejado”, ele inaugura um novo paradigma jurídico-político, no qual a norma torna-se indiscernível da exceção. O campo é, digamos, a estrutura em que o estado de exceção em cuja possível decisão se baseia o poder soberano, é realizado normalmente (AGAMBEN, 2010, p. 166).

Para mim, essa relação *dentro-fora*, estabelecida na constituição do campo pode ser lida na concepção dialética. O campo que parece estar *fora*, mas é mantido *dentro* por seu caráter de exceção, mantém uma polaridade com a sociedade que o cria, uma polaridade que se confronta, mas que determina a existência dos dois polos: campo-regime de exceção, com a condição de que um não existe sem o outro.

Nos termos do autor, temos um limiar, um estado de indiferenciação: “O campo é um híbrido de direito e de fato, no qual os dois termos tornaram-se indiscerníveis” (AGAMBEN, 2010, p. 166).

A grande questão dessa indistinção está no fato de que ela cria a prerrogativa de que tudo é possível para quem está na condição de exceção.

Somente porque os campos constituem, no sentido que se viu, um espaço de exceção, no qual não apenas a lei é integralmente suspensão, mas, além disso, fato e direito se confundem sem resíduos, neles tudo é verdadeiramente possível. [...] Quem entrava no campo movia-se numa zona de indistinção entre externo e interno, exceção e regra, lícito e ilícito, no qual os próprios conceitos de direito subjetivo e de proteção jurídica não faziam mais sentido (AGAMBEN, 2010, p. 166).

Agamben prossegue em seu raciocínio desconstruindo uma questão que se faz a respeito da existência dos campos. Para ele, mais importante do que se perguntar por que se permitiram essas atrocidades, é perguntar quais aparatos jurídicos e políticos as permitiram (AGAMBEN, 2010, p. 167).

A vida nua em que eles foram transformados não é, porém, um fato extrapolítico natural, que o direito deve limitar-se a constatar ou reconhecer: ela é, no sentido que se viu, um limiar em que o direito transmuta-se a todo momento em fato e o fato em direito, e no qual os dois planos tendem a tornar-se indiscerníveis (AGAMBEN, 2010, p. 167).

Com base nessa reflexão sobre o campo na perspectiva de Agamben, penso que as condições de exceção que o configuram extrapolam o sentido originário do termo. Assim, lugares como o Bananal podem ser compreendidos tendo como referência a suspensão de direitos a que seus moradores são submetidos. Curiosamente, Agamben afirma algo semelhante e enumera diversos exemplos contemporâneos que se encaixam nessa estrutura biopolítica:

O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zones d'attente* de nossos aeroportos bem como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto, inseparável elemento que veio a juntar-se, rompendo-a, à velha trindade Estado – nação (nascimento) – território (AGAMBEN, 2010, p. 171).

Essa estrutura perversa de Estado está na base da constituição de sujeitos *irregulares*, principalmente quando se define que o tratamento dado a eles deve ser diferente daquele que se estende aos outros moradores da cidade. Tal constituição leva os *irregulares* a serem tratados com práticas que passam pela negação dos mais diferentes tipos de acesso a bens e direitos e, em certa medida, à invisibilidade perante os poderes constituídos e aos outros habitantes da cidade.

A invisibilidade é um dos elementos da humilhação social. Conforme nos ensina José Moura Gonçalves Filho (2007, p. 187): “Humilhação social é o rebaixamento que atinge alguém só depois de haver ancestralmente atingido sua

família ou raça, sua casa ou bairro, seu grupo ou classe, às vezes uma nação ou povos inteiros”.

Nesse trecho, duas características merecem destaque. A primeira refere-se à humilhação enquanto rebaixamento e, sendo assim, pressupõe alguém em tensão permanente com o rebaixado, alguém em uma relação de forças desproporcional, alguém que opera num campo de poder maior. A segunda diz respeito à humilhação social ser intergeracional (ancestral) e, em suas diversas facetas, tornar-se instituída e mantida em relação aos pobres.

Ainda sobre a intergeracionalidade dessa humilhação, Gonçalves Filho (2007, p. 194) diz: “Humilhação social é sofrimento longamente aturado e ruminado. É sofrimento ancestral e repetido”.

Se não é, muitas vezes, por elementos integradores que se constitui uma classe social, ela pode se formar por elementos de ruptura: “A violência que machuca o humilhado nunca é meramente a dor de um indivíduo, porque a dor é nele a dor velha, já dividida entre ele e seus irmãos de destino” (GONÇALVES, 2007, p. 195).

José Moura Gonçalves Filho (2007) destacou em seus estudos a condição de invisibilidade que é experimentada pelos humilhados. Ao longo de sua pesquisa, foi percebendo que a relação entre pobres e ricos é marcada por uma afirmação de poder. Nessa dinâmica, há uma destituição do lugar de existência visível dos pobres perante os ricos. Tende-se a não enxergar os pobres em suas tarefas manuais e braçais. Esse fenômeno se dá, principalmente, quando os pobres transitam pelos lugares dos ricos, para fazerem coisas que estes estão acostumados a não fazer.

O que arrisco a afirmar é que a mesma cegueira que acompanha os poderosos diante dos pobres que atravessam suas zonas de conforto acompanha as decisões políticas na cidade. Se não se enxergam os humilhados nos circuitos incluídos da urbe, muito menos percebem-nos nas áreas de exclusão, no campo dos irregulares. Assim, estão os pobres territorialmente condenados à humilhação e à invisibilidade.

3. TERRITÓRIO

*Ah, graças a Deus cheguei no paraíso!
Sabe o que foi que o velhinho respondeu pra mim?
“Oh, minha filha, você chegou foi no inferno!”*

Rosa, 54 anos, moradora do entorno do Bananal²

Território é um conceito chave neste trabalho, pois, ao me referir a ele, estou referenciando algo mais complexo do que uma delimitação geográfica. Compreendo os territórios como vivos, lugares que ganham sentido pelo habitar de seus moradores.

A dinâmica das pessoas que fazem parte da constituição do território é um elemento importante para a sua compreensão:

A apropriação do território diz respeito ao aspecto interventivo realizado pelos homens, criando e recriando significados em torno dessa apropriação cotidiana. Nesse sentido, utiliza-se também o termo territorialidade, como uma maneira singular de se apropriar, fazer uso da terra, do território (KOGA, 2003, p. 38).

A autora complementa: “Dessa forma, a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território” (p. 38).

O território é lugar concreto, em certa medida delimitado, mas as inter-relações que se dão nele são de natureza mais ampla: subjetivas, reveladoras da singularidade dos seus habitantes.

Vale destacar que o território em questão vai se definindo pela escolha que se fez para a pesquisa, ou seja, periférico, no extremo da Cidade, localizado na região sul, marcado por vulnerabilidades, reconhecidamente lugar de gente pobre. Porém, essa delimitação torna-se complexa pela história local de seus personagens, pelos relatos de superação das pessoas, pela forma como se dão as relações dentro dele, entre outras dimensões possíveis.

² Ao longo do texto, as falas dos depoentes foram transcritas preservando o formato literal, recorrendo-se a ajustes em casos em que se fez necessário, para favorecer a compreensão do leitor.

Por essa razão, os pobres retratados neste trabalho não podem ser compreendidos desvinculados de seu território específico, muito menos se pode deixar de levar em conta a complexidade das relações em suas famílias atuais e destas com a comunidade da qual fazem parte e que pode ser traduzida na sociabilidade local.

Outra característica importante relativa ao tema território diz respeito a dois levantamentos realizados na cidade de São Paulo. São eles: o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (SEADE, 2000) e o Mapa da Exclusão Social que foi coordenado por Aldaíza Sposati (1996). Esses levantamentos são marcos para a elaboração e a execução de políticas públicas em São Paulo. Por meio de um engenhoso mapeamento, eles tornaram possível identificar e diferenciar as áreas de exclusão e vulnerabilidade na Cidade.

Tais levantamentos podem favorecer reflexões no que tange a compreender o território como espaço de cidadania – vista e compreendida como vida ativa no território – a partir das diversas relações que se estabelecem nele (KOGA, 2003).

Na constituição desta pesquisa, a ideia de partida foi exclusão social. A aposta foi compreender a exclusão na dinâmica da cidade, a partir dos moradores de um bairro do extremo da periferia. Alguns elementos estão em jogo nessa construção.

Um deles é que a segregação social e espacial em uma cidade como São Paulo produz marcas subjetivas específicas nos moradores desses locais.

Um segundo elemento está relacionado com a dinâmica e a relação que as franjas periféricas estabelecem com a cidade como um todo e com seus diferentes centros, que se formaram ao longo da história de sua constituição.

Um último elemento, pertinente para o estudo em curso, diz respeito ao grupo de táticas e fazeres que, vistos numa perspectiva mais aproximada, revelam certa riqueza e resistência, apesar de toda exclusão (CERTEAU, 2008).

Começando pela segregação, trata-se de um componente importante na construção das ideias de Teresa Caldeira (2000) sobre as cidades. Ela assim se refere: “A segregação – tanto social quanto espacial é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação” (p. 211).

Ao longo da obra *Cidade de muros*, Caldeira (2000) constrói um panorama da segregação na cidade de São Paulo. Nesse panorama, ela identifica três formas características ao longo do século XX.

A primeira, conforme a autora define, estende-se do final do século XIX e vai até a década de 40 do século passado. Essa forma é marcada por uma concentração de população no centro da cidade, estabelecendo-se a diferenciação por tipo de moradia e *status* social.

A segunda distingue-se pela distância entre os pobres e os ricos: os pobres ficam nas periferias distantes e os ricos ocupam os centros, o que se estende majoritariamente da década 40 até a de 80.

A terceira forma, segundo a autora, prolonga-se da década de 80 até o início dos anos 2000, acentuada por uma possibilidade de aproximação geográfica entre diferentes grupos sociais, mas separados por muros e aparatos de segurança, os quais ela denomina de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000).

Teresa Caldeira cunha essa última categoria com base na crise econômica da década de 80. Essa crise dificultou a possibilidade de os pobres continuarem autoconstruindo suas casas e tornou vários espaços da cidade, inclusive alguns da periferia, atrativos para as elites; estas, ao habitá-los, instalaram em suas construções forte aparato de segurança e de segregação em relação aos pobres que passaram a estar próximos.

O conceito de “cidade de muros” apresentado por ela faz muito sentido para este trabalho e é uma perspectiva com a qual concordo em muitos sentidos. Importa salientar, porém, que territórios como a Chácara Bananal ainda podem ser compreendidos em certa medida com base no modelo predominante no segundo período analisado: o bairro se encontra no extremo da zona sul e é marcado por condições socioeconômicas muito precárias. Sua separação social dos ricos se dá também pela distância e pela dificuldade de mobilidade urbana. Um morador dessa região chega a levar quatro horas para se deslocar até o centro da cidade de São Paulo, considerando-se o uso de transporte coletivo. Para chegar a outros centros econômicos, além de enfrentar a distância e gastar muito tempo, vê-se diante da falta de meios de transportes diretos, tendo que se valer de inúmeras baldeações.

Do ponto de vista da autora, uma “cidade de muros” se dá quando as pessoas pertencentes às classes com maior poder socioeconômico defendem seus espaços de moradia e convivência com os aparatos tecnológicos de segurança. Pensar a cidade sob essa perspectiva leva a ver o paradoxo existente em tais posturas, ou seja, o confinamento das periferias e áreas de miséria entre esses enclaves fortificados. Nesse aspecto, o Bananal, que não tem muros, ganha outras barreiras, como é o caso da distância que o separa dessas zonas de inclusão, mesmo tendo que reconhecer que não há segregação total: os diferentes espaços da cidade estabelecem trocas e permitem trânsitos entre seus ocupantes em diferentes situações.

Arrisco dizer – mas é preciso aprofundar as pesquisas – que a conjuntura atual pode trazer algumas novidades no que diz respeito às fases de ocupação das cidades. Podemos citar a ampliação do acesso a crédito pelos mais pobres e a melhor distribuição de renda, alcançadas na última década. Essas circunstâncias indicam que há mais dinheiro circulando e dando possibilidade de retomar os projetos antigos de moradia.

No caso específico do bairro Chácara Bananal, a autoconstrução das casas foi retomada. O que explica isso? Alguns fenômenos próprios, como a promessa de regularização da propriedade, principalmente em anos de eleições, como foi o caso de 2012.

Ainda no campo da lógica das cidades, vale destacar o olhar de Heitor Frúgoli Júnior (2000), que toma a relação que se estabelece entre o centro e a metrópole como campo de análise. O autor mostra as mudanças de centralidade em São Paulo à medida que as relações de poder e as transformações do Capitalismo vão se impondo. Para ele, a centralidade inicial que se estabelecia numa tensão entre centro tradicional e periferia vai se transformando com o surgimento de novos centros econômicos, como é o caso do vetor Oeste (destaque para a nova Faria Lima e todo o desenvolvimento em torno da Avenida Luís Carlos Berrini) e com as práticas de revitalização do centro antigo de São Paulo e da Avenida Paulista, projetos bancados pelo poder econômico, que é marcado pela nova elite tecnológica e financeira.

Frúgoli Júnior pontua que São Paulo, em sua complexidade, não pode ser vista na perspectiva de um único centro, mas de outras centralidades:

Ainda que no processo geral de expansão urbana possa se observar uma forte tendência à dispersão e à descentralização, é impossível postular que isto signifique a perda de um “centro”, mesmo que não se possa mais falar, no caso de uma metrópole como São Paulo, em uma única centralidade, de feição tradicional e histórica. Persiste, de toda forma, a importância constitutiva do papel desenvolvido pela centralidade no contexto urbano, porém em novos termos (FRÚGOLI JÚNIOR, 2000. p. 42).

Assim, pode-se olhar a organização da periferia na chave da centralidade. Se tomarmos como exemplo nosso território pesquisado, nos seus 32 quilômetros de distância do marco central da cidade de São Paulo, podemos apontar outros centros que a população local procura como referência, dentre eles o Largo Treze de Maio, em Santo Amaro (bastante complexo, com ampla rede de comércio, bancos, organismos públicos e até opções de esporte, lazer e cultura), o Largo do Jardim Ângela (mais simples em relação ao primeiro centro, mas já contando com uma pequena rede bancária e comércio local), e, mais próximo, o Largo do Jardim Capela (menos complexo em estrutura do que os outros dois, mas abastecido por uma rede de comércio da qual os moradores dependem no seu dia a dia). Essa estrutura revela que há uma organização em torno da centralidade na constituição das cidades e, mais do que isso, ajuda a compreender a real constituição de novos centros relacionais na cidade de São Paulo.

Ainda outra reflexão pode ser feita sobre as práticas previstas nos projetos de revitalização. Não raro são tomadas medidas higiênicas em tais investidas: expulsam-se moradores de rua, dependentes de substâncias psicoativas e profissionais do sexo quando da implantação desses projetos, sendo o caso mais recente o da “Cracolândia”, situada na região central da Cidade.

No mesmo diapasão, podemos pensar a remoção dos moradores das áreas de mananciais. No geral, a justificativa para a ação é o fato de estarem em áreas de risco, mas a truculência posta em prática nessas remoções merece registro e equivale àquela referida linhas acima. No caso do Bananal, os moradores tiveram as casas marcadas para indicar que seriam derrubadas. Alguns receberam auxílio-aluguel temporário e, na sequência, as casas foram demolidas.

Fotografia 1 - Imagem de casas que foram demolidas (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 05/05/2012).

Fotografia 2 - Alicerce de uma casa demolida (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 05/05/2012).

Fotografia 3 - Demolição. Ao fundo a Represa do Guarapiranga (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 26/05/2012).

Podemos apontar que as visões de Caldeira (2000) e Frúgoli Júnior (2000) são complementares. Eles fazem uma reflexão a respeito de as cidades modernas terem perdido a capacidade de ser um espaço de sociabilidade para a vida pública, ao passo que tal espaço vem sendo privatizado pelas forças do poder econômico. Esse processo estabelece tensões com os que não estão incluídos diretamente nos benefícios dessa lógica, como é o caso das pessoas que vivem nas regiões periféricas e pobres como o Bananal.

Complementando as possibilidades de se ler a cidade e suas dinâmicas, vale a pena acrescentar o olhar que vem sendo construído a partir da Etnografia urbana, e aqui tomo como representação as descobertas feitas com base nas pesquisas do antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (2002).

Magnani propõe uma visão complementar à que toma a cidade na perspectiva da exclusão e da segregação. Em certa medida, é cauteloso, sem desconsiderar as perspectivas que compreendem a cidade a partir de uma análise macroespacial,

distanciada dos territórios de vida. Para o professor Magnani, adotando-se essa forma de olhar, corre-se o risco de deixar passar elementos e modos de sociabilidade que só se alcançam na proximidade e reduzem os moradores a massas passivas.

Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano (MAGNANI, 2002, p. 15).

Na proposta de Magnani, a Etnografia estabelece a possibilidade de flagrar essas especificidades em campo.

Dessa forma, sem adotar um plano que pense as cidades na chave de uma exclusão total, ele oferece a possibilidade de compreender as diferentes centralidades e territórios urbanos a partir das trocas que se estabelecem.

A presença de migrantes, visitantes, moradores temporários e de minorias; de segmentos diferenciados com relação à orientação sexual, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão – toda essa diversidade leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo atomizado, mas na possibilidade de sistemas de trocas de outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes (MAGNANI, 2002, p. 15).

É possível se valer dessa leitura para pensar o território de minha pesquisa. O Bananal enseja uma grande complexidade. Nele há diferentes relações que são marcadas pela solidariedade, há distintos atores com desempenho de papéis próprios e, sobretudo, não é uma aldeia isolada da cidade. Seus moradores circulam, pensam e são pensados na lógica da metrópole.

É bom que se registre que essas particularidades do território só podem ser vistas numa atitude de estranhamento em relação ao lugar de pesquisa. Na mesma direção vai a postura que é preciso adotar-se em relação ao campo e que nomeia o artigo do professor Magnani (2000): “De perto e de dentro”.

Assim, essa leitura requer um estranhamento que se dá *in loco* e na proximidade do objeto de estudo:

É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (MAGNANI, 2000, p. 17).

Com base nesse aspecto, Magnani criou e sistematizou suas já consagradas categorias de análise (pedaço, pórtico, trajeto, circuito e mancha), dentre as quais o *pedaço* será importante para a compreensão da continuidade deste trabalho e mais bem definido adiante.

3.1. Os participantes da pesquisa

Na ótica de que o território vai se definindo por sua sociabilidade – o que faz pensar que não há território sem gente – gostaria de apresentar algumas pessoas que moram no território pesquisado ou que se relacionam com ele e que foram cruciais para a execução do presente trabalho.

Devo lembrar que, em uma pesquisa realizada na perspectiva etnográfica, muitas pessoas fazem contato com o pesquisador, causando impressões e obviamente ganhando apontamentos no caderno de campo. Porém, foi preciso selecionar fatos e temas dentre tantas conversas interessantes que se deram em campo, privilegiando algumas delas. Assim, os participantes que destaco a seguir fazem parte dessa difícil seleção. Seus nomes foram alterados para lhes preservar o anonimato.

Rosa: tem 54 anos e atualmente não mora dentro do Bananal, mas em seu entorno. É natural da Bahia e vive com seu companheiro, uma filha e alguns netos, uma foi abandonada por sua filha. Eu a conheci por intermédio de Juliana, que se tornou minha comadre ao longo das minhas aproximações com o bairro. Rosa viveu uma grande perda enquanto morava no bairro: seu filho, que foi assassinado em casa enquanto dormia. Ela é uma interlocutora que gosta muito de conversar e contar as histórias do bairro, no qual está desde o início de sua formação. Foi

também a pessoa que não se esquivou de falar sobre a violência no território e a presença do crime organizado e da polícia. Em razão da morte de seu filho, acabou vendendo sua casa no bairro e foi morar no entorno em uma casa alugada.

Maria: é comerciante. Em seu estabelecimento, vende-se de créditos para celular a roupas. Está com 53 anos e vive com uma filha. Nasceu em Minas Gerais, mas passou a vida migrando em companhia do pai, que procurava trabalho de cidade em cidade. Foi presidente de uma associação de moradores voltada para o Bananal II. Faz parte do grupo de moradores pioneiros do bairro. Assim como Rosa, também teve um filho vítima de homicídio, mas o fato ocorreu em outra cidade. Ela deu depoimentos interessantes sobre a formação do bairro e as táticas adotadas para sobreviver. Maria é dona de alguns imóveis no território, o que faz dela alguém com condições econômicas um pouco diferentes dos outros depoentes.

José: está com 60 anos. Vive com a esposa e uma filha. É soldador e trabalha em uma empresa com registro em carteira de trabalho. Durante o tempo de moradia no bairro, conseguiu construir a própria casa e algumas que ele aluga no mesmo quintal. Ele também possui mais uma propriedade no bairro, que usa como oficina para trabalhar como serralheiro. De maneira singular, meus contatos com ele sempre se deram em momentos em que ele estava trabalhando, seja na construção da própria casa ou na serralheria. José narra com muitos detalhes fatos da própria infância e histórias da formação do bairro. Ele foi presidente da associação de moradores do Bananal.

Damião: uma pessoa interessante, sobre a qual tenho pouco conhecimento. Caminha sempre pelas ruas com uma pasta executiva que guarda um retrato sobre o qual não tivemos oportunidade de falar. Damião tem 64 anos e é natural da Bahia. Calmamente, foi quem revelou um *estado assustado* que acompanha quem vive no bairro, em relação ao medo de serem desapropriados.

Juvenal: é líder comunitário, uma pessoa que é muito conhecida no território. Em muitos aspectos é bastante respeitado, mas acumula muitos desafetos. Sua trajetória permite mediar situações com pessoas do tráfico, dos serviços públicos e até mesmo com políticos. Juvenal me ajudou muito no acesso ao bairro, apresentou-me a muitas pessoas e colaborou em muitas incursões pela comunidade. Ele é natural de Pernambuco, tem 51 anos e mora com sua esposa e uma filha.

Juliana: tem 30 anos e vive no bairro com seu companheiro e dois filhos. Foi ela quem me despertou a curiosidade por essa comunidade, quando comecei a participar de um projeto de atendimento a famílias de lá. Na época, ela foi contratada para trabalhar no projeto como agente comunitária do Bananal. Ao longo de nossa convivência, a relação de amizade se estreitou a ponto de ela me convidar para ser padrinho de seu filho. Juliana foi a pessoa que me ajudou a estabelecer os primeiros contatos com os moradores do Bananal.

3.2. Um lugar chamado Chácara Bananal

Eu não sei o que acontece que a gente não consegue nada para esse bairro.

Maria

O bairro conhecido como Chácara Bananal está situado no distrito do Jardim Ângela, no extremo sul da Capital. Está distante cerca de 32 quilômetros do centro da Cidade e aproximadamente a 6 quilômetros do largo do Jardim Ângela, região mais bem equipada de serviços públicos no distrito. O Bananal está à esquerda da Estrada do M'Boi Mirim, na direção contrária ao centro da Cidade. É delimitado pela Estrada do M'Boi Mirim a oeste, ao norte, pelo bairro de Vila Nova Cidade, ao sul, pelo Jardim do Éden (bairro pertencente ao município de Itapeverica da Serra) e a leste, pela Represa de Guarapiranga.

Apesar da falta de números oficiais sobre o local, o censo de 2010 informa que a subprefeitura do M'Boi Mirim, formada pelos distritos de Jardim Ângela e São Luís, possuía 563.305 habitantes, população maior do que a de muitas cidades brasileiras.

Diante da escassez de números específicos sobre o bairro, levantei informações básicas sobre a sua população junto à Unidade Básica de Saúde que abarca o território, considerando-se que a Estratégia Saúde da Família atende 100% das famílias do local.

Assim, em levantamento feito em setembro de 2011 com profissionais de saúde que atendiam a comunidade (Anexo A), temos um número estimado de 3.835

peças para um total de 987 residências. Desse total, 100 são idosos, 823 são crianças menores de dez anos, 870 são adolescentes e 2.042 são adultos.

Quanto à geografia do local, o espaço é marcado por aclives e declives, e o bairro eleva-se em relação à Estrada do M'Boi Mirim.

Fotografia 4 - Vista da Rua Projetada: principal acesso ao bairro (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 04/02/2012).

Há diferentes versões sobre o início do bairro, mas os moradores por mim entrevistados contaram que a ocupação começou no início da década de 90. Todos fazem alusão ao fato de o lugar ter sido uma chácara onde se plantavam bananas - daí o nome Bananal.

Seus moradores dividem o território em Bananal I e II, e tal distinção se deve ao processo de ocupação local. Os entrevistados contam que, na formação do bairro, o território definido como Chácara Bananal I foi ocupado primeiro, tendo surgido do loteamento de uma grande área demarcada e vendida por uma única pessoa, definida nos relatos como um posseiro. O território nomeado como Chácara

Bananal II, que surgiu um pouco depois, é fruto de diversos lotes que foram ocupados por distintas pessoas e vendidos individualmente. Em termos geográficos, não há separação entre os territórios: eles são parte de uma mesma área e as distinções se dão por outras características. Desse modo, é interessante destacar que o Bananal I se diferencia do Bananal II principalmente por ter suas ruas pavimentadas.

Fotografia 5 - Imagem do Bananal II (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 05/05/2012).

Os territórios foram marcados, no início, por distintas associações de moradores, hoje restando somente uma. Os moradores do Bananal I reconhecem que a pavimentação e o acesso a água encanada e luz elétrica são frutos de ações da associação de moradores: “Os moradores formaram uma associação e foram lutando pelos benefícios... Hoje tem água e luz, tem asfalto...” (José).

É importante também mencionar que, desde o início da formação da comunidade, políticos locais foram se aproximando dos moradores e aos poucos

foram se apropriando do território e aparentemente loteando o bairro como base de votos. Na sua maioria, são vereadores – ou candidatos a esse cargo – da cidade de São Paulo e de Itapequerica da Serra.

É interessante como tais políticos tiveram influência na organização dos moradores e na criação de uma prática personalista que inverte os valores, transformando cada acesso a direitos e serviços em uma espécie de doação de supostos benfeitores. É o que se nota quando um morador fala sobre a criação da associação de moradores:

Olha, a ideia foi de alguns políticos que na época... Era época de campanha né. [...] Aí, no outro ano, já tinha mais população no bairro. Precisa ter uma associação aqui... Então vamos nos reunir e formar a associação. Aí o José Paiva conhecia o Milton Leite... Aí foi o Milton Leite que registrou a associação para nós. (José)

É visível a alta densidade demográfica do território. As casas se aglomeram como em um bloco único, às vezes delimitado por pequenas ruelas, vielas e até trilhas. Grande parte das habitações é de alvenaria, sem acabamento, totalizando 937 residências, das quais 37 são de madeira (ANEXO A). Essa grande quantidade de pessoas concentradas em uma área é vista com preocupação: “A população cresceu muito, cada dia é uma mudança nova que sobe aí pra cima... E dificulta as coisas, muito e muito, principalmente água e luz...” (Maria).

A queixa feita por ela é que o aumento da população torna ainda mais precária a distribuição de água e luz, que são irregulares em boa parte da comunidade. Quase não há instalações de saneamento básico, os dejetos oriundos das casas vão para córregos que desembocam na represa ou para fossas sépticas. Em números, 318 moradias têm acesso à rede de esgoto, 418 se utilizam de fossas e 251 lançam seus dejetos a céu aberto (Anexo A):

É criança brincando dentro do esgoto... Ontem mesmo ele foi sair [o esposo], foi lá em cima levar um computador [que ele conserta na loja], voltou todo molhado, lavou os pés no cloro por causa da urina dos ratos [rindo]... Quer dizer, é complicado... Esgoto a céu aberto correndo... É muito rato... E é complicado o Bananal, a saúde é precária. (Maria)

Muitas vezes, os encanamentos estão danificados e a água se contamina com o esgoto, gerando casos de verminose, conforme referiu uma agente comunitária de saúde, quando instada a dividir a percepção sobre qual o problema de saúde mais corriqueiro da comunidade. Apesar disso, os números levantados dão conta de que 922 domicílios obtêm água da rede pública e 65, de poços (Anexo A).

A água e a luz são quase totalmente irregulares, obtidos precariamente pelos populares “gatos” e à custa de muitos riscos de acidentes. No que se refere à água, precisa ser levada para as partes mais altas da comunidade por meio de bombas instaladas pelos moradores. De outro modo, ela é emprestada:

Eu tomo emprestado. Quando a gente não tem, toma emprestado de um ou de outro. É assim... [rindo]. Porque as águas subiam pra mim [com a própria pressão]. Como agora não tá subindo mais... Tem o quê? Por volta de um mês que não sobe. Aí tem que ligar bomba.
(Maria)

A energia elétrica, que é dividida em diversos pontos, chega a algumas casas com baixíssima intensidade e com muitas oscilações.

Em razão do adensamento populacional, não há áreas verdes, tampouco áreas para lazer, exceto um campo de futebol na entrada da comunidade, margeando a Estrada do M'Boi Mirim. O campo ocupa uma área que foi definida pelos moradores para ser uma escola.

Além desse campo, resta para o lazer a opção de se apropriar de algumas ruas, como fazem as crianças, transformando-as em área para brincar.

A escola mais próxima não está no Bananal: fica em outro bairro e é preciso caminhar algo em torno de 20 a 30 minutos para se chegar lá, considerando as moradias que estão mais distantes dentro do bairro. Segundo relato de moradores, uma escola está situada na Chácara Sonho Azul e a outra, na Vila Calu. Em alguns casos, porém, fica mais próxima a escola que pertence ao município de Itapeverica da Serra.

Dois serviços públicos adentram a comunidade: o Programa Saúde da Família (PSF) e o Serviço de Assistência Social à Família. O primeiro é de

competência da Secretaria Municipal da Saúde e o segundo, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Com relação ao PSF, ele se faz presente pela ação de seis agentes comunitários de saúde. Vale destacar que a Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência não se encontra dentro da comunidade, mas no bairro de Vila Calu. Há queixas de falta de médicos e não há serviços especializados locais. Uma parte da comunidade é atendida por agentes de outra UBS, administrada por Organização Social distinta da primeira. A UBS fica no Jardim Vera Cruz, que compreende a Vila Nova Cidade, um dos limites do Bananal, sendo administrada pela Associação Monte Azul.

O Programa Ação Família, hoje nomeado de Serviço de Atendimento Social às Famílias (SASF), já esteve presente no território e tem como objetivo compreender as demandas assistenciais dos atendidos, dar encaminhamentos e fazer reuniões socioeducativas localmente. As equipes do programa contam com agentes de proteção social, que são moradores do território, e com profissionais técnicos com formação em Serviço Social e/ ou Psicologia.

Vale destacar que há algumas igrejas evangélicas de diferentes denominações e também uma comunidade católica, cuja padroeira, Josefina Bakhita é uma santa de origem escrava.

Encontram-se ali também diversos mercadinhos, botecos e uma loja que vende artigos em geral, desde roupas até recargas de telefones celulares. Há na comunidade sinal de *internet* distribuído por conexão sem fio, e os consumidores pagam uma taxa ao dono do ponto principal.

Fotografia 6 - Faixa de inauguração de um mercadinho (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 01/05/2010).

O deslocamento em grande parte da Chácara Bananal é difícil, já que as ruas são estreitas e muitas, sem pavimentação. Para se chegar ao bairro utilizando transporte coletivo, depende-se de um único acesso principal, a Estrada do M'Boi Mirim: trata-se de uma via que é estreita e que, em boa parte do dia, está congestionada, inclusive em consequência de inúmeros acidentes de trânsito, envolvendo principalmente motos. A Estrada é conhecida na cidade por essas ocorrências frequentes. Tal fato fez o Hospital Municipal Moyses Deutsch, popularmente conhecido como Hospital M'Boi Mirim, o único da região, ser um dos campeões no atendimento a traumas decorrentes desses acidentes, além dos causados pela queda de lajes das casas.

Ainda no quesito transporte, não há linhas de coletivo que operem dentro da comunidade: elas se limitam à avenida principal. Tanto as linhas de ônibus quanto as de lotações acabam circulando com os veículos sempre cheios.

Fotografia 7 - Dia de chuva no território (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 07/01/2012).

Assim como os outros serviços públicos, não há coleta de lixo dentro do Bananal, e tal fato leva os moradores a trazerem o lixo produzido nas casas para um ponto de coleta na entrada principal do bairro. Os sacos são depositados no chão, gerando enorme volume de material.

Fotografia 8 - Ponto de descarte de lixo na entrada do Bairro (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 09/02/2011).

Por não ser *oficial*, o bairro não possui código de endereçamento postal (CEP). Assim, as pessoas enfrentam mais um transtorno: o de não receber correspondência em casa. Uma conta ou uma carta podem chegar aos verdadeiros destinatários de duas formas: são entregues em algum comércio local da avenida principal ou no posto do correio local, criado na associação de moradores. O correio funciona com o esquema de caixas postais, alugadas pelos moradores por um valor que é repassado para a associação. Na verdade, o mesmo espaço do correio é o da associação de moradores, mas o reconhecimento é o do correio. Nem todos utilizam esse serviço, alguns por não terem condições de pagar e outros por desconfiarem do uso que se faz do dinheiro recolhido.

Minha porta de entrada no Bananal foram as lideranças comunitárias e, posteriormente, o ingresso no correio comunitário. O correio do Bananal é um dos *pedaços* da comunidade. Assim, minha leitura se dará por meio dessa categoria que foi cunhada pelo professor Magnani (1998, p. 116) da seguinte forma:

O termo, na realidade, designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.

Chegamos, então, ao correio do bairro, o principal espaço de sociabilidade a que tive acesso, o lugar que me possibilitou compreender melhor o *pedaço*.

O correio ocupa uma pequena sala comercial, no entroncamento do Bananal I e II.

Fotografia 9 - Vista do correio comunitário (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 16/06/2012).

Para ter as correspondências associadas a uma caixa postal, o morador paga uma taxa de R\$ 5,00 por mês. As cartas são separadas pela liderança comunitária responsável e colocadas na respectiva caixa do locatário. À associação, chegam também cartas de pessoas que não possuem caixa postal; elas são reunidas em um monte e ficam sobre uma mesinha, à disposição do interessado, que tem que procurar sua correspondência, separando-a das outras. Quem não concorda com o método cadastra sua correspondência na casa de amigos que têm CEP ou a destina

aos estabelecimentos comerciais que existem no entorno da Estrada do M'Boi Mirim.

Na associação, há também a distribuição de leite para idosos e crianças, como parte de um programa estadual de segurança alimentar. No entanto, é preciso contribuir com a associação para ter o nome incluído na lista de beneficiários.

Apesar de haver certa desconfiança da Associação, é para lá que as pessoas se dirigem, não só para buscar suas correspondências, mas para se encontrarem. É nesse espaço que se dá uma forma própria de sociabilidade. Nele, conversa-se sobre todos os assuntos: contas, multas e intimações, problemas do bairro, das famílias e até mesmo coisas íntimas, como a vida sexual ou a infidelidade.

Se pensarmos novamente na categoria *pedaço*, Magnani (2002, p. 21) faz o seguinte apontamento: “Quando o espaço – ou um segmento dele assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebia o nome de ‘pedaço’”.

Esse espaço é lugar de encontro dos moradores, podendo ser designado como “o pedaço”.

Do correio, outras formas de sociabilidade se estenderam para mim, como adentrar alguns botecos e algumas casas, onde ouvi histórias intrigantes. O convite ao parentesco por afinidade também foi proporcionado na condição de ter me tornado padrinho de uma das crianças do território.

As lideranças do Bananal muito me ajudaram a circular pelo território. Em sua maioria, esses líderes surgiram com as associações de moradores, a princípio duas, a do Bananal I e do II. São essas lideranças, antigos moradores, que ganharam *status* à medida que mobilizaram a população para o asfaltamento de algumas ruas e a obtenção de pontos de energia elétrica e água encanada. São responsáveis pela instalação do correio comunitário e pela distribuição de leite e de alimentos em programas de segurança alimentar; respondem também por interlocuções com o poder público, como é o caso dos programas de saúde, as relações com a subprefeitura e as discussões quanto aos casos de moradias de risco e remoções de famílias.

Há algumas lideranças paralelas, que não se firmaram no trabalho com as associações, como é o caso de um comerciante que também mobiliza os moradores, principalmente para que se melhorem as condições de acesso ao bairro.

Em contrapartida, surgem lideranças dissonantes dos líderes instituídos nas associações. Essas lideranças se beneficiam de críticas que são feitas por parte dos moradores quanto à idoneidade dos líderes formais, no que diz respeito ao uso dos recursos recolhidos dos moradores e também ao destino que dão a possíveis doações recebidas. Como exemplo, cito o depoimento a seguir:

Eu não gosto dele, não é segredo para ninguém. Toda vez que eu vou... Por exemplo, se for usar o correio ele cobra R\$ 3,00. Três, não, acho que agora é cinco... Cobra pelo leite (fornecido gratuitamente por programas de segurança alimentar), coisa que eu não acho justo... Cobra pelo correio... Nego vai pegar as cartas lá e ele fica cobrando das pessoas. E eu fico irritada com isso... Acabo brigando com ele por causa disso. E nós dois não se bate [rindo].
(Maria)

No bairro, há também a presença do crime organizado. Em sua estrutura e modo de aparecer, as pessoas a ele vinculadas possuem fama de praticar a "justiça implacável"; por outro lado, têm a reputação de não importunar os outros moradores ou visitantes. Associada ao crime há uma rede de trabalhadores com tarefas bem definidas como vigiar as fronteiras, entender-se com a polícia, saber o que está se passando nos lugares de sociabilidade, dentre outras atribuições. Há adolescentes associados ao crime local: são malvistas pela população em geral, principalmente pela reputação de praticarem delitos no bairro ou trazerem problemas para o território.

4. EM CAMPO

*Severino, retirante,
deixe agora que eu lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga;
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.*

João Cabral de Melo Neto

No percurso desta pesquisa, muitas coisas aconteceram nos momentos em que estive em campo. A permanência e o vínculo que foi se estabelecendo permitiram que muito se revelasse, e são tais revelações que apresentarei nesta sessão do trabalho.

Antes de tudo, quero partilhar que a primeira tentação ao escrever esta parte foi a de me render à tradicional formatação nomeada como resultados; no entanto, as reflexões desenvolvidas juntamente com minha orientadora e colegas de orientação me ajudaram a ver que não se trata de resultados, mas de possibilidades que emergiram em campo durante toda a trajetória. Assim, o que apresentarei não obedece a uma sequência temporal e não pretende encerrar uma questão. Na verdade, o que apresento é o que meus olhos viram e minha sensibilidade e compromisso me levam a partilhar.

4.1. Ser *irregular* é...

A experiência de ser *irregular* foi uma descoberta feita ao longo desta pesquisa. A expressão *condição de irregular* não é nativa, no sentido de ser usada pelos moradores do local; na verdade, ela é empregada por pessoas de fora,

principalmente dos serviços públicos, para se referir à situação de quem vive no Bananal. Embora essa não seja uma expressão dos moradores do bairro, parece haver um modo de vida associado a essa condição e até mesmo consequências significativas para a vida daqueles que são marcados dessa forma.

Buscando compreender o que alguns moradores pensam a respeito de ser *irregular*, colhi alguns depoimentos. Muitos estranharam o termo, mas curiosamente revelaram vivências singulares dessa condição em que vivem.

Em uma entrevista com Damião, um antigo morador, ao se referir à ideia de irregularidade e às sensações que ela desperta, ele cravou: “A gente não pode garantir ser morador regular, porque regular é um terreno físico, pago, da gente mesmo. Então a gente mora assim, assustado”.

Esse *assustamento* tem vários desdobramentos. O *assustado* revela o medo das próprias condições nas quais ocupa o pedaço, embora, nesse caso, a ameaça não seja interna; ela parece vir de fora. Existe o medo de perder tudo e, por isso, pouco se investe na melhoria da própria habitação; não é uma condição econômica que norteia essa postura: “Não, eu tenho plano assim de construir uma casa melhor, né? Mas devido a falarem que vai sair, a gente fica assustado, às vezes fazer um trabalho e ser derrubado, como em muitos lugares é...” (Damião).

É possível dizer que essa fala configura um dado da subjetividade: o de ser morador em situação irregular. A sensação reapareceu em outra entrevista:

– *Como é que o senhor se sente como morador aqui do Bananal? O senhor fala, por exemplo: “a gente não é regular”. Como o senhor se sente?*

José – *Eu não me sinto muito seguro, não. Nós não estamos legalizados.*

A incerteza das condições de poder morar nesse território revela consequências. Tal sensação foi aparecendo em outros depoimentos, como o que foi dado por uma antiga liderança, referindo-se a sentir-se ou não seguro de morar no bairro: “Não. Não sente. A gente sente uma insegurança fora de série, porque, inclusive, tem vontade de construir, ter uma casinha melhor, mas tem medo de construir e, de repente, ficar um trabalho perdido” (Maria).

As consequências são objetivas: não terminar sua casa, deixar de fazer algo melhor.

O sentimento que acompanha a insegurança é o de desalento e desesperança: “É o de não ter nada, né, meu? De não ter um benefício, não ter nada... Então a gente se sente... como é que é?... Indevido. A gente não tem nada, nada no bairro pra se fazer” (Juvenal).

Para alguns, a noção de ser regular corresponde à ideia de pagar impostos: “Muita gente acha que está tudo certinho, tudo... Eu não acho que está tudo certinho. Nessa nossa área aqui, ninguém está pagando imposto” (José).

É interessante perceber que a regularidade, para José, passa por ser contribuinte, mesmo não levando em conta que uma parcela significativa do distrito em que mora é isenta do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Embora reconheça que o imposto não seja necessariamente o indicativo da regularidade, o imposto, na visão dele, parece selar um pacto, um compromisso para mais adiante: “Apesar de que imposto não é escritura. Mas já é um sinal, um sinal de que amanhã ou depois pode estar legalizando, né?” (José).

José acaba culpando os próprios moradores por serem irregulares, o que me chocou:

Mas, por outro lado, o pessoal... como se diz, tanto ganha pouco, como fica com dó de pagar, de desembolsar duzentos contos, trezentos contos, pra pagar o imposto, né? E fica aí se escorando. Mas já dava para estar pagando imposto, pela estrutura que está a população, a comunidade.

Embora morando em condição irregular, para o entrevistado há diferença para melhor em comparação a morar *de aluguel*:

– Agora, a sensação do senhor enquanto cidadão entre morar aqui e quando o senhor morava de aluguel, tem diferença?

José – Tem. Porque aí eu me alimento melhor. Quando eu pagava aluguel, ia o dinheiro todo, sobrava mixaria para comer. Agora eu como melhor. Eu me alimento melhor [sorrindo]. (José)

Penso que é possível dizer que a relação com o poder público guarda aspectos próprios dessa condição de irregular; um exemplo específico é a ação da polícia, que, em termos de violência, pode ser comparada ao tráfico:

– *Só o fato de morar lá em cima, era o motivo.* (Juliana)

– *Só o fato, é... Eles já vinham... Só não batiam nas mulheres. Porque a polícia feminina não vinha, só vinha policial homem. Eles já chegavam batendo, podia ser quem fosse, apanhava. Quem chegasse, eles batiam. Aí, nesse dia mesmo, o menino correu e entrou na casa de Lurdes e Zé Roberto... Neguinho entrou debaixo da cama de Lurdes. Zé Roberto pegou neguinho assim pela perna, puxou neguinho chorando. Menina! Igual a uma criança, com medo da polícia, porque ele já tinha apanhado, né. E uma: a polícia levava e botava dentro do carro, dava uma voltinha com eles e botava aquele negócio de choque elétrico dentro do carro.* (Rosa)

4.2. “Muito prazer, meu vulgo é...”

O hábito de apelidar e a condição de ter apelido é outro elemento corrente no território. Poucas pessoas se cumprimentam usando o nome. Referir-se a alguém pelo nome parece diferente, fora dos costumes locais. Em virtude de suas características, podem-se agrupar os apelidos pelas ideias que eles conotam.

Dentre esses agrupamentos, há os que fazem referência a laços familiares. Assim, muitos são tratados como *compadre* ou *comadre*. Vejo nesse modo de apelidar uma tentativa de se igualar, de se diminuir as assimetrias e constituir uma relação de respeito. Quase todas as senhoras que entram no correio comunitário são chamadas pelo líder de *comadre*.

Há os apelidos ligados à graça e ao humor local. Estão carregados de estereótipos, como é o caso de *Nariz de Bezerro*, *Negão*, *Aluado*, etc.

Por outro lado, o apelido pode designar algo muito sério. Desse modo, há *vulgos* que indicam poder e relação com o crime. De certa maneira, conferem posição de destaque e aparentemente intimidam. Esses apelidos podem servir para proteger a identidade do portador. Cito os mais comuns: *Caveira*, *Capeta*, *Sangue*, dentre outros.

Em uma ocasião, ao me deparar com um agente do tráfico local, ele iniciou uma conversa. Falava usando muitas gírias, algumas incompreensíveis para mim. O que chamou minha atenção foi o fato de ele se referir a um grande traficante local usando o primeiro nome dele, embora esse traficante seja amplamente conhecido pelo apelido. Não entendi muito bem as razões dessa atitude, mas considero interessante o ocorrido, pois, dentro de uma lógica em que é típico ter e usar um apelido, referir-se a alguém pelo nome é algo, no mínimo, estranho. Não consegui retomar o assunto com outras pessoas e o motivo do traficante, mas chamar o morador pelo nome soou incomum como um apelido. Segundo minhas hipóteses, o poder dele ficou mais afirmado fazendo saber seu nome. Ocorre-me também que, paradoxalmente, usar o nome original é dissolvê-lo em uma nuvem de pessoas, naquilo que é comum, e, dessa maneira, protegê-lo.

A prática de cunhar apelidos é tão importante e natural para os moradores do território, que até para mim, tentaram cunhar um apelido – no caso, *Sorriso*. Confesso que senti certo orgulho, pois é uma espécie de “batismo”, um sinal de aceitação como parte da comunidade.

4.3. Léxico dos irregulares

É possível dizer que o uso de apelidos faz parte de uma característica mais ampla e que está no campo das formas de comunicação do bairro. É quase possível falar de um *léxico dos irregulares*, pois o conjunto de palavras e expressões tecem a comunicação de maneira muito própria dentro desse território e guardam certo hermetismo em relação aos de fora da comunidade.

Para ficar no campo das expressões e palavras mais habitualmente usadas, fiz alguns agrupamentos que apresentarei, relacionando-os a algumas categorias.

Como uma categoria central deste trabalho é a irregularidade, começo por citar uma série de palavras que fazem referência a essa condição de maneira muito específica; dentre elas, destaco: *clandestino*, *invasor* / *invasão*, *apossar*, *fundão* e *área de risco*. Essas palavras revelam uma concepção de que esses moradores se percebem como estando num lugar que não é deles.

Há algumas expressões que parecem ilustrar como se sentem nessa condição: sentir-se *em pequenas condições* e *chance errada* (no sentido da oportunidade de morar no território). Como as exemplificadas anteriormente, são palavras que parecem denotar a condição de alguém que está em um lugar de maneira imprópria, não autorizada.

Em contraste, aparecem termos que enunciam a esperança de reversão dessa situação: *legalizar*, *benefício* e *escritura* (documento de posse). Essas são alternativas que supostamente passam pela via da legalidade e que precisam ser conferidas por órgãos legitimamente constituídos pelo poder público.

Outro grupo interessante parece ilustrar a ação tática no bairro; dentre os termos correspondentes, temos: *driblar*, *invadir*, *correr atrás*, *puxar* (água ou luz), *fazer gato*. Aqui estão as saídas de quem precisa buscar opções e superar as adversidades. Ao contrário da expectativa da esperança dada pela legalização, essas palavras ilustram as operações que se dão à margem da lei e do controle do Estado.

Há uma curiosa expressão que denota a reação do poder público diante dessas táticas: *enrabar*. O termo aparece em um trecho em que uma das moradoras, Maria, conta como a polícia e os funcionários da companhia de abastecimento abordavam os moradores quando os flagravam fazendo ligações clandestinas de água.

Há expressões que parecem projetar as diferenças entre eles (*nós* e *nós*), os moradores do território, e que mostram certa “moral dos pobres” (SARTI, 2007). São elas: *sossegado*, *batalhador*, *preguiçoso*, *reclamão*, *esperto*. Geralmente, essas palavras são usadas em comparação entre alguns moradores e os outros, também moradores, responsabilizando-os pelas coisas que não dão certo e pela própria vida trágica.

As alusões aos criminosos (os *outros* que moram ou atuam no bairro) também recebem expressões interessantes: *eles envolvem-se com coisas erradas*, *atocaiam*, *envolvem-se*, os *caras*. Aqui a referência é de alguém que faz parte do universo composto por *nós* a pessoas cujas práticas reprováveis fazem com que se as queira distantes.

4.4. “Fazer vista grossa”

Considero que essa forma de agir precisa ser comentada. O principal elemento que se aparenta não ver é a violência local. Evidentemente é uma questão de sobrevivência e de poder permanecer no bairro – por esse motivo, o assunto é evitado.

Nas minhas primeiras incursões, ao tentar saber o que os moradores pensam a respeito, sempre apareciam falas como: “*a violência aqui é igual em toda a cidade*”. Ou, como disse Maria, líder comunitária: “Segurança hoje não tem em lugar nenhum. Corre risco vinte e quatro horas por dia, todo minuto de nossa vida... Pelo menos eu nunca tive... Eu me sinto segura [ri]”.

Apesar de não concordar que a violência seja igual em toda parte, meu interesse não era sobre a violência em si, mas a percepção sobre ela: há um “fazer vista grossa”, uma *invisibilidade*, ao contrário da proposta por Gonçalves Filho (2007). Enquanto pesquisador, também experimentei a condição de *fazer vista grossa* na ocasião em que tive que decidir passar ou não diante de um suposto roubo de carga no território.

*A ida de transporte coletivo até o bairro foi tranquila.
Ao entrar no bairro, pela principal rua de acesso, a Rua Projetada, uma Van era rapidamente descarregada por alguns jovens. O conteúdo – talvez cal, talvez farinha – era rapidamente transferido para outra van.
Seria um roubo?
Um pouco de medo... Vontade de voltar... Mas segui adiante e passei ao lado do veículo, sem problemas.
Talvez voltar seria me expor, chamando a atenção por não fazer parte. Seguir adiante foi o risco de atrapalhar o que se dava, mas também foi teste da aceitação, de ser do lugar.
Diferente de outros dias, a rua estava deserta, sem movimento de garotos e outras pessoas.
Será que tudo isso tem relação? (Diário de campo em 28/02/2012).*

Esse fato permite pensar como as pesquisas estão prenhes de fatos inusitados e em que sentido isso desafia o trabalho do pesquisador e a própria postura em campo. Passar ao largo foi um teste de aceitação, de fazer parte do cenário e participar um pouco de seu modo de funcionar, com todos os questionamentos e emoções que o fato podia provocar.

Outro aspecto de *fazer vista grossa* precisa ser mencionado aqui:

– *E você sabendo, você sempre soube, soube que foi essa pessoa que tirou a vida do seu filho?*

Rosa – *Eu não falo nada, porque é gente traiçoeira na família toda, é tudo envolvido.*

– *E como é encontrar esse homem, Rosa?*

Rosa – *As primeiras vezes, logo que eu o via, eu tinha medo, mas depois, não, depois acabou o medo. Quando eu o via... Eu morava ali: não tem o correio do Bananal? Tem uma viela. Eu morei ali por sete anos.*

– *Naquela viela do lado do correio?*

Rosa – *Sim, eu morei ali por sete anos. Aí eu ia saindo, subindo aquela viela e ele estava sentado, com um celular assim [faz o gesto com a mão] e um cigarro de maconha, fumando... Quando eu o vi, meu coração acelerou, minhas pernas começaram a tremer, mas eu falei: “Não, vou ser forte, vou passar por ele e não vou mostrar que estou com medo”. Mas era medo mesmo, eu tinha medo mesmo!*

– *Que ele fizesse algo com você...*

Rosa – *Isso, comigo. O mesmo que fez com meu filho, foi o que ia matar minha filha. Aí ele (disse): “Oi, tudo bem?” Eu falei: “Tudo bem, graças a Deus.” Mas, tremendo mesmo.*

Se ao *fazer vista grossa* me vi numa situação extrema entre o medo e a necessidade de seguir em frente, ser aceito e compreender a comunidade, percebo a condição de Rosa em um extremo maior ainda. Conviver com a pessoa que tirou a vida de seu filho é algo que não pode ser experimentado sem medo, sem revolta: é incondicionalmente uma experiência cruel.

4.5. Táticas

Do que há de peculiar no bairro, podemos destacar o já mencionado correio comunitário. O que era uma alternativa para se receber cartas tornou-se um lugar de trocas por meio da *prosa*, do diálogo e do contar histórias da própria vida e do cotidiano. Algo bem próprio nesse local.

As táticas de sobrevivência são também curiosas, como é o caso de haver bombas para trazer a água até algumas casas. Há solidariedade mesmo para

partilhar recursos que nascem da clandestinidade, mas que, na lógica maior dos direitos humanos, justificam-se.

Rosa – *É... Aí começou a luta aí. De água e luz. O pessoal roubava os fios, a gente puxava os fios e o pessoal roubava...*

– *Quem roubava os fios?*

Rosa – *Os ladrões.*

– *Puxavam os fios de energia pras casas de vocês e de noite...*

Rosa – *Puxava daqui da rua [apontando o local], daqui de baixo. Era gato, o pessoal subia nos postes. Aí todo mundo puxava. Puxava uma rede só. De lá nós fornecíamos para as casas todas que tinha. Aí quando era de noite, os caras vinham e tiravam os fios e vendiam nos ferros-velhos para poder comprar drogas. E aí no outro dia a gente vinha e colocava, eles vinham de novo...*

– *O que se fez para que eles parassem de fazer isso?*

Rosa – *Foram matando.*

– *Mataram eles?*

Rosa – *Os bandidos vinham e matavam eles, porque eles estavam roubando para comprar drogas.*

– *E não eram moradores do bairro esses rapazes que...*

Rosa – *Eram. sim, eram moradores. E não eram menos novos, não, era gente já de idade.*

Fátima – *Eram homens.*

Rosa – *E roubavam. Bombas, a gente botava, e eles roubavam pra vender. As bombas não amanheciam o dia... Tinha dia que eu ficava das 10h da noite e ficava até às 6h da manhã sentada. Eu com Queca, Lurdes, com a garrafa de café e a carteira de cigarros pra conseguir encher as casas de todo mundo. Se a gente saísse, roubavam a bomba.*

Aqui vale mencionar que as táticas são os recursos dos que não têm poder e que forjam condições para manter a própria sobrevivência. Por outro lado, essas táticas acabam sendo formas de resistência ao controle dos que têm a hegemonia do poder, não por uma operação calculada dos que dela fazem uso, mas pela própria imprevisibilidade de seus movimentos e dos efeitos dessas operações (CERTEAU, 2008).

Por se viver na precariedade é preciso sempre *ligar as bombas*, buscar alternativas para superar as dificuldades.

– *E como é que faz para ter água?*

Maria – *Não, não tem mais os registros, né? Ficou uma água direta. Aí, puxaram uma rede direta até lá em cima no Bananal, tem uns registros lá, dentro do Bananal II. E de lá cada um liga a bomba pra poder subir. Sem bomba não sobe!*

Até para adquirir o lote, uma moradora fez uso de uma operação dessa natureza.

– *A senhora lembra quanto custou?*

Maria – *Nem dinheiro não foi. Foi um rolo (novamente rindo). Eu tinha um teclado, uma máquina de fazer churrasco grego... Eu peguei e fiz um rolo mais o dono do terreno...*

– *Foi uma troca?*

Maria – *Uma troca... Uma permuta...*

4.6. Imprevistos

É fogo! E o porco?

Muitas foram as situações imprevisíveis em campo: o episódio do suposto roubo de carga foi uma delas. No entanto, uma em especial muito me marcou: a experiência de um incêndio no local. Para controlar as chamas e evitar o pior até que os bombeiros conseguissem chegar, os moradores se mobilizaram. Lembro-me de que uma das razões para a demora das viaturas foi o fato de a comunidade não constar em mapas ou nos serviços de GPS. Acabei me tornando interlocutor entre os bombeiros e a comunidade.

Em meio ao corre-corre no combate às chamas, muitas preocupações: “E a casa? Será que alguém ficou por lá? Será que o fogo se espalhou para as casas vizinhas?” Até que um movimento inusitado chamou-me a atenção: havia um porco dividindo quase o mesmo espaço de uma família vitimada. O porco viera de um bingo malsucedido; ele seria a prenda e estava engordando no terreno junto à casa incendiada, aguardando o momento oportuno para o abate. Assim, havia também a preocupação de se evitar que o porco morresse queimado. Por um momento, vi um botijão de gás no meio do fogo. Tive medo de que ele explodisse. Ao final, uma casa foi totalmente destruída e uma criança, muito queimada, precisou ser hospitalizada.

A situação me remete ao papel que ocupei em campo. Em casos como esse, não é possível ser mero observador. Diante do risco e da destruição, não é possível assistir passivamente: o fato provoca reação, exige posicionamento. Assim, quando dei por mim, estava ajudando os bombeiros a se localizarem no território por meio de meu aparelho de telefone móvel e cobrando agilidade no combate às chamas que consumiam a casa de uma família que tem sete ou oito crianças. Naquele dia, puxei mangueiras, ajudei pessoas a subirem e descenderem escadas, joguei baldes de água em chamas e me consumi diante do que presenciei. Senti também grande repulsa ao ver a expressão dos bombeiros quando se depararam com o incêndio dentro da favela. Era como se fosse um lugar de menor importância, onde um fato estava roubando deles um precioso tempo a ser gasto em outras circunstâncias.

No final do dia, não consegui ir para casa antes de obter notícias sobre a criança que se queimou. Fui até o Hospital de M'Boi Mirim para onde ela foi levada. Soube, por seus familiares, que ela estava lá, não corria grande risco, mas seria transferida para um hospital especializado em queimados.

Fotografia 10 - Incêndio (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 17/04/2012).

Fotografia 11 - Incêndio (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 17/04/2012).

Fotografia 12 - Incêndio (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 17/04/2012).

Fotografia 13 - Incêndio (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 17/04/2012).

Fotografia 14 - O porco ao fundo (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 17/04/2012).

5. A IRREGULARIDADE NA HISTÓRIA DE VIDA

Por meio dos encontros, das interações com as pessoas no *pedaço*, pude me aproximar, “de perto e de dentro”, como ensina Magnani (2002). Nessa proximidade, ganhei permissão para ouvir e conhecer mais a história de vida de algumas pessoas do território. Lembrei-me da professora Ecléa Bosi (2003), quando propõe que a pesquisa que envolve a memória, a história de vida, vai requerer paciência e “estar junto”. Ela é categórica: “A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera” (p. 60).

Foi nesse processo de enlaçamento que pude acessar um pouco da história de algumas personagens. As narrativas que ouvi são carregadas de complexidades, cativam o ouvinte, fazendo-o até *prender a respiração*. Na densidade dessas histórias, revelou-se também uma irregularidade companheira desses depoentes. Não foi possível traçar seu longo percurso cronológico, mas pode-se dizer que essa irregularidade, tal qual a humilhação social já mencionada (GONÇALVES FILHO, 2007), está saturada de sofrimento suportado por muito tempo, quem sabe até intergeracional.

Assim, o que segue são reflexões com base em fatos que apontam para essa irregularidade, considerando-se pontos de convergência nas experiências e singularidades que me pareceram fundamentais destacar nesta etapa da pesquisa.

Investir nessas narrativas ajuda a ampliar o campo da irregularidade que vem sendo discutido até aqui, lançando uma perspectiva de que ela começa antes de nossas personagens estarem no território eleito para a pesquisa: há uma irregularidade na vida.

5.1. O que dizer da irregularidade na infância?

Nas entrevistas com participantes que fazem parte da primeira geração de moradores do bairro, confirma-se a característica de serem migrantes e oriundos de comunidades e famílias que sobreviviam do trabalho rural. Nessas condições, as

crianças são parte da mão de obra e, em alguns sentidos, essa experiência vai marcar a vida dessas pessoas desde muito cedo.

Rosa é contundente a esse respeito quando perguntada sobre sua infância na Bahia: “Não tive. Não tive infância [...]. Comecei com sete anos a trabalhar, e até hoje” (Rosa).

No caso dela, uma tragédia pessoal empurrou-a para o trabalho na casa de famílias: a morte de sua mãe. Mesmo antes, na dinâmica da sua casa, no dia a dia, ela refere uma vida de trabalho: “De qualquer maneira, a gente não brincava, ela colocava a gente para lavar louça, a gente morava na roça e mesmo pequeno tinha que ajudar eles na roça” (Rosa).

José refere uma experiência que não é muito diferente:

Com 10 anos eu já levava os animais para dar água, para a roça, umas vaquinhas de leite. Todo dia recolhia à tardinha. De manhãzinha, ia levar na roça, pra não ficar solta no tempo, né. Então, com 10 anos eu já fazia esse trabalho. Levava os animais na roça, ia buscar, ia dar água, pois era só um lugar que tinha água... Aquele açudezinho, aquela represinha pequenininha... Tinha que levar lá e trazer, era cercado...

De certo modo, como em algumas outras dimensões da vida dessas pessoas, seja nas condições que se forjam para sobreviver ou no trabalho que se realiza desde cedo, vai se conferindo uma regularidade a esses processos. Aos poucos, é concedido um lugar legítimo para essas práticas e vai se estabelecendo uma sociabilidade em torno delas. Assim, nessa sociedade e no tempo em que elas se deram, trata-se de trabalho e não há espaço para outras discussões.

A falta ou a necessidade não detêm as pessoas, ao contrário, arrancam delas potência e, no caso, despertam até certa ousadia de fazer coisas de criança.

Ah, aqui em São Paulo é superior, bem superior... As crianças daqui não se preocupam com nada. Lá, as crianças de lá, têm que fazer os seus brinquedos, tem que se virar. Bicicleta lá é coisa rara. Era, né, agora tá mais fácil. Na minha época, só tinha bicicleta na cidade, no sítio nem os adultos tinham bicicleta, não. (José)

Michel Certeau (2008, p. 88) vai mais longe ao pensar nessas operações que envolvem fazer coisas à parte do sistema produtivo constituído:

Nos próprios lugares onde reina a máquina a que deve servir, o operário trapaceia pelo prazer de inventar produtos gratuitos destinados somente a significar por sua obra um saber-fazer pessoal e a responder por uma despesa a solidariedades operárias ou familiares.

Essa engenhosidade de José não pode ser lida, nessa perspectiva, como um ato de resistência ao modelo hegemônico?

Por outro lado, nesse *fazer coisas* para superar a falta de recursos para comprá-las, mantém-se o elemento *nós* e *os outros*. Para recuperar a questão, a primeira constatação desse dilema implicava a minha posição enquanto pesquisador em campo e o quanto, a todo momento, eu estava nesse trânsito ou nessa circulação entre *nós* e *os outros*, fenômeno que se verá mais adiante.

Ocorre que essa dicotomia passa a demarcar as diferenças entre as crianças *de lá* (da roça do tempo de José) e as crianças *de cá* (da cidade de hoje). Aqui se fala de realidades diferentes, de sociedades com funcionamentos diferentes – é o caso da relação cidade – campo. Essa relação *nós* e *os outros* ainda serve para demarcar tempos diferentes. Há diferenças entre as crianças da roça do tempo de nossos depoentes e as crianças das cidades de hoje.

Tal dicotomia é, então, multifacetada e carregada de um *nós* e *os outros* territorial, social e temporal. Aquilo que era um fator que dificultava a minha pertença enquanto pesquisador no princípio é fenômeno complexo, capaz de dobrar o tempo, aproximar territórios e justapor modelos de sociabilidades.

Apesar de se recuperarem experiências anteriores aos nossos atuais marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), de se tratar de uma sociedade em que a lógica inclui as crianças como parte da mão de obra, não se pode ignorar que essas condições vão conduzindo-as para uma vivência de responsabilidades que deveriam ser dos adultos. Por outro lado, vai se deixando à parte – ou acumulando com prejuízos – elementos que pertencem à infância, como brincar e estudar de forma legítima.

5.2. A circulação

Nossos entrevistados migram de suas cidades de origem para a periferia de São Paulo. Essa migração é o movimento mais evidente entre outros tantos que revelam uma lógica de *circulação* durante a vida.

A história mais emblemática que ilustra esse fenômeno é contada por Maria, ao definir sua pouca relação com o local em que nasceu: “Eu não sei, por que eu só nasci naquela cidade, mas me criei andando. Inclusive o pessoal pensa até que eu sou cigana, né”.

A circulação rende o estereótipo de ciganos para seus familiares, o qual ela desfaz deixando claro que sua família acompanhava o pai que era tropeiro e garimpeiro: “Não, ele não. Também não. Não era cigano e nem nada, mas o fato dele viver mudando, sabe... Assim, um pouco lá na Bahia, um pouco no Espírito Santo, um pouco em São Paulo... Foi assim” (Maria).

Rosa conta sua história com alguma semelhança: o pai era vaqueiro, trazia gado para São Paulo, mas o que a levou a circular foi a morte da mãe:

– E com a morte da sua mãe as coisas ficaram...

– Pior. Eu tive que trabalhar nas casas dos outros com sete anos, para ajudar meu pai a criar as outras.

Rosa passou a infância migrando. Há enormes consequências para quem está nesse movimento:

– Rosa, como era passar a semana na casa de pessoas que você não conhecia?

Rosa – Era terrível, apanhei muito. Apanhei muito, pois criança não tem a responsabilidade que adulto tem. E ela queria que eu fizesse tudo ao mesmo tempo, e eu não tinha condições.

– Você lembra disso? Qual era o motivo de uma surra dessas?

Rosa – Porque eu era muito lenta para trabalhar, se não tivesse varrendo a casa, meus braços eram fininhos, aí eu tinha que parar para descansar. E as casas de lá não são como as daqui, são casarões. Só quarto é quatro a cinco quartos. É casarão, não é como é aqui.

– E você sofreu muita violência.

Rosa – *Oxe! Eu tenho marcas de faca, olha aqui, ó [mostra uma cicatriz no braço], até de faca ela me surrou.*

Além da violência, há outros prejuízos acumulados, os quais obrigarão a outros esforços no futuro:

– *Você acha que isso trouxe prejuízos para você?*

Maria – *Ah, com certeza! Isso aí... Eu não estudei muito, só vim fazer, pelo menos, o segundo grau depois de idade, prejudicou muito.*

– *Só quando você conseguiu se fixar é que conseguiu estudar?*

Maria – *É isso mesmo. Na época, quando a gente começava a estudar, ele tirava a gente da escola para montar [risos].*

Há também os riscos:

A única coisa que me marcou foi que, ao chegar num lugar, a mulher... Pedimos pouso, né? E a mulher queria porque queria que meu pai desse eu para ela. Porque me achava muito bonita ... [rindo]. Eu queria, mas minha mãe não deixou, né? (Maria)

Todo esse movimento, que tem um marco mais evidente com a migração para São Paulo, permanece na circulação que se faz na nova cidade até chegar ao local em que se consegue fixar, como é o caso de alguns. Ou se mantêm as circulações em escalas menores, indo de casa em casa, morando de aluguel, como é o caso de Rosa.

É possível ler esse movimento na ótica do desenraizamento (BOSI, 2003), fenômeno que é muito bem traduzido por Maria:” Mas não é bom mudar, viu? Pedra que muito muda não cria lodo. Depois que eu parei foi que eu melhorei a vida, viu?”.

5.3. Circulando por São Paulo

Diferentes são as formas de se deixar a terra de origem e vir para São Paulo. Pode-se chegar aqui contrariando a família que lá ficou:

– *Foi fácil tomar a decisão de sair de lá e vir para cá?*

José – *Foi. Mesmo sem os pais quererem, porque meus pais não queriam deixar. Mas, eu era de maior e não podem segurar, né?*

– *O senhor acabou vindo meio brigado com eles nesse sentido deles não quererem...*

José – *Não.*

– *Não. Eles só não queriam.*

José – *Eu trabalhei um certo tempo, juntando dinheiro para vir.*

– *O dinheiro era para o quê? Para a passagem, para mais alguma coisa?*

José – *Para a passagem. Eu cheguei aqui quase sem dinheiro.*

Antes de se juntar novamente à família aqui, foram algumas idas e vindas.

– *Você chegou aqui à capital com qual idade ou que tempo?*

Maria – *Eu vim mesmo para morar foi em noventa. Eu tinha vindo antes, trabalhei um tempo, eu tinha - o quê? -, uns dezesseis anos na época. Daí como eu era de menor, me levaram de volta...*

[...]

– *Aí quando você casou você veio para São Paulo.*

Maria – *Não. Eu fiquei morando lá no Espírito Santo. Fiquei um tempo, aí depois que eu me separei dele foi que... Meus pais tinham vindo para São Paulo.*

– *Para a capital?*

Maria – *É. Meus pais tinham vindo pra cá, não lembro o ano, acho que foi 1981 também.*

Às vezes, a decisão de vir é repentina.

– *Tá. E como é que foi isso de vir para São Paulo? Como é que você chegou nessa ideia?*

Rosa – *O meu primo, ele falou assim: “Você quer ir para São Paulo, sua cunhada já mora lá?” E minha filha mais velha, que é mãe dessa [aponta para a neta], já tinha vindo, para a tia dela; ela tinha 12 anos quando veio. Ele perguntou assim: “Você quer ir lá onde está sua filha?” Eu quero. Aí fui na rodoviária, comprei minha passagem.*

O destino é sempre um familiar que acolhe e ajuda a conseguir o primeiro trabalho.

– *E onde o senhor foi parar, seu José? O senhor chegou aqui onde?*

José – *Não, eu já tinha conhecidos aqui. Eu já tinha uns parentes aqui.*

– *Ah!*

José – *Mas se eu tivesse vindo sem ter para onde ir, eu ia pagar hotel de que jeito? Com uma mixaria...*

– *Eu imagino.*

José – *Até arrumar emprego, eu ia passar fome.*

– *O senhor veio para esses parentes, já tinha um lugar para trabalhar, alguma coisa?*

José – *Não, mas logo... logo eu arrumei. Eles deram as dicas: “Vai em tal lugar, vai em tal lugar.” Aí eu fui indo. Tem um dizer que quem tem boca vai a Roma. Então eu fui perguntando e...*

Aqui a família vai cumprindo essa função protetiva de acolher, ser alguém com quem se conta e que ajuda a superar as dificuldades e vencer. Ou, como aponta Ladislau Dowbor (2013), ela é capaz de estabelecer laços de solidariedade.

– *Mas como você veio parar aqui?*

Rosa – *Eu fui parar no Parque Novo Santo Amaro, no Jardim Guarujá.*

– *Era lá que você tinha parentes?*

Rosa – *É, eu tinha uma cunhada lá.*

– *Você foi morar com ela?*

Rosa – *É. Eu fui morar com ela.*

– *E como foi isso, Rosa?*

Rosa – *Aí com um mês, o primo da mãe dela me trouxe. Nós ficamos um mês lá e de lá mudamos para o Jacira. Dentro de um mês.*

– *Em um mês você foi morar no Jardim Jacira.*

Rosa – *No Jardim Jacira.*

– *E no Jacira você tinha alguém?*

Rosa – *Não. Só tinha ela mesmo, minha cunhada, que mudou de lá pra cá.*

– *E como vocês chegaram do lado de cá, porque...*

Rosa – *Ela tinha conhecidos, ela já tinha um tempo aqui em São Paulo. Aí eles compraram uma casinha aqui no Jacira. Quando eu cheguei, já tinha comprado. Aí no mês de fevereiro mudaram. Eu cheguei em janeiro e em fevereiro eles mudaram.*

– *Você veio junto, porque morava com ela.*

Rosa – *Morava com ela.*

– *E aqui foi também esse ritmo de arranjar trabalho em casa de famílias...*

Rosa – *Em casa de famílias, mas eu também trabalhei numa firma na Paulista...*

O acolhimento é uma função da família que subsiste à lógica desestruturante do capital que impõe um formato produtivo de família e de consumidor, na perspectiva mercadológica.

Mandelbaum (2004), em seu trabalho *O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social*, já apontara essa função protetiva da família, focalizando o desemprego enquanto mobilizador dessa proteção.

É bom que se diga que essa família que acolhe não é necessariamente a família nuclear. A organização nuclear das famílias é considerada criticamente por Dowbor (2013) como legítima por ser economicamente rentável. Entretanto, as famílias de nossos entrevistados estavam longe de corresponder a esse modelo: ao contrário, existem laços não somente com os pais e irmãos, mas também com tios, primos e até estranhos que vão acolher e socorrer na dureza de compreender como circular em São Paulo. Creio que é possível dizer que essa prontidão da família é corajosa em uma organização na qual uma pessoa a mais traz despesas e todos devem ser produtivos; porém, essa prontidão nem sempre se mantém.

Outro aspecto bem conhecido dessas migrações é que os filhos ficam na terra natal e são buscados quando há meios para trazê-los, como foi o caso de Rosa e Maria.

– *As crianças vieram com você?*

Maria – *Não, as minhas crianças ficaram lá. Eu trouxe só o meu menino mais velho. Aí, quando a gente se divorciou mesmo, o meu menino mais velho ficou com ele e as duas meninas ficaram comigo.*

Há que se pensar nesses rompimentos de vínculos, em suas marcas e como não é fácil ficar longe da família de origem e dos filhos. Assim como no caso dos filhos que vêm para São Paulo, certamente é difícil romper com seu lugar de origem.

Os problemas de circulação continuam, pois ficar na casa de parentes nem sempre é algo tranquilo, como afirmamos acima ao mencionar as dificuldades para se manter o acolhimento de quem chega. Desses obstáculos, surgem outras circulações:

– *E as crianças que estavam lá na Bahia?*

Rosa – *Trouxe tudo.*

– *Com quanto tempo?*

Rosa – *Com seis meses.*

– *Você já tinha uma casa em seis meses?*

Rosa – *Não. Eu fui pra casa dos outros.*

– *Ah, é! E foi tranquilo trazer...*

Rosa – *Não, não foi, não. Essa que está deitada aí [referindo-se à filha que estava dormindo em outro cômodo da casa], no dia que ela chegou aqui, ela fez quatro anos. A outra que voltou para a Bahia, no dia que fez um mês que tinha chegado, ela fez sete anos. Aí pense em alguém que comeu o pão que o diabo amassou dentro da casa da minha cunhada, mesmo.*

– *Como assim, como foi isso?*

Rosa – *A filha dela não queria elas em casa. Ela me tangeu de casa, com as duas meninas...*

Aqui outra face da família se revela: se, por um lado, acolher é tarefa esperada, por outro, nem sempre há lugar de fato, e em alguns momentos as coisas podem não dar muito certo. Esse outro aspecto, que parece confrontar a obrigação de cuidar e de acolher com os próprios limites e as condições de quem acolhe e convive com aquele que está demandando proteção por parte da família, é apontado e discutido por Mandelbaum (2004), em sua pesquisa com os desempregados.

Interessante também é a expressão de Rosa – *tanger* – que é empregada geralmente quando se fala de gado: tanger é espantar, expulsar. Acho que se pode falar de uma irregularidade que faz sentir-se quase bicho, quase gado. Esse é um processo desumanizante. Não é incomum o desespero, ou, parafraseando João Cabral de Melo Neto (2008), uma tentação de *saltar da vida*:

Rosa – [...] *Quando foi o dia que minha sobrinha me botou para fora de casa, com as duas meninas, eu cheguei na casa dela e disse: “Dona Célia, a senhora tem dez reais para me emprestar?” Aí ela falou assim: “Tenho. Para quê você quer?” “Não, é para comprar um negócio.” Aí ela falou: “Não vou te dar, não, porque você quer comprar chumbinho (veneno de rato)” . Aí ela falou assim: “Não é chumbinho que você quer comprar?” Eu falei: “É, eu compro chumbinho, dou pras meninas e tomo também”.*

Aqui chama a atenção uma solidariedade genuína que vai brotar nesse instante de desespero, gesto que irrompe nos momentos limite, como o vivido por Rosa, que recebe a acolhida de sua vizinha: “Não sei. Ela falou: ‘Vá lá, arrume suas roupas e venha morar dentro de casa comigo’. Aí eu fui lá, peguei minhas meninas e fui pra casa dela”.

Nesse processo, as relações se transformam e aquela que se viu ajudada por uma estranha – alguém de fora – ajuda-nos a ampliar a ideia de família:

Rosa – Acabou. Daqui até o mês de dezembro com fé em Deus, eu compro minha casa. Eu vou ter minha casa. Eu falo pra todo mundo: – eu vou ter minha casa. Tem uma velhinha lá que me colocou dentro de casa e ela falou: “Olha, filha, se eu vender a minha casa de aluguel, eu compro a sua”. E não é parente, nem nada, viu? Ela vai comprar a minha casa, daqui até o final do ano.

[...]

– Que bacana, Rosa!

Rosa – E ela me considera como filha. Ela fala para todo mundo que eu sou filha dela. Porque ela não tem filha, ela só tem um filho de vinte e nove anos.

Voltando às circulações, esse movimento na nova cidade é um salto em direção à periferia.

José – Lá é mais perto. Tem um dizer que é: A pobreza empurra a gente pro fundão. Empurra o povo pro fundão. Então, eu já ganhava um dinheirinho, mas não dava pra comprar um terreno legalizado e eu queria sair do aluguel. Aqui tinha esse, esse... Não só aqui, como em outros lugares por aí, sempre existiu esse negócio de loteamento clandestino, essas coisas. Aí eu comprei, comprei este terreninho aqui e fui construindo, mudei para cá sem dar acabamento, sem nada. Só para sair do aluguel. Lá no Santa Margarida eu pagava aluguel.

Mesmo no *fundão*, termo corriqueiramente usado para referir-se ao extremo da periferia do Jardim Ângela, embora alguns moradores o considerem pejorativo, a circulação continua; como foi o caso de Rosa:

Rosa – Aqui mesmo, eu não tenho onde morar, toda vida eu trabalhei, desde criança. Eu olho pra trás e não vejo nada...

– Nada é (não) ter onde morar?

Rosa – *Isso. Porque você dá um duro, você trabalha desde pequena...*

– *Mas você teve onde morar.*

Rosa – *Já tive, mas perdi!*

– *O que te fez perder?*

Rosa – *Os caras.*

– *Ah, porque eles tomaram.*

Rosa – *Muitas casas aí, eles tomaram.*

– *Eles tomaram sua casa?*

Rosa – *A minha eles não chegaram a tomar, porque depois eu vim e vendi, mas vendi barato para pagar o funeral do meu menino que eu fiquei devendo.*

Rosa ainda circula entre a dor da perda do filho, fato que a levou a vender sua casa, e a desilusão de não ter uma casa que possa dizer que é sua.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E chegando, aprendo que
nessa viagem que eu fazia,
sem saber desde o sertão,
meu próprio enterro eu seguia.
Só que devo ter chegado
adiantado de uns dias.*

João Cabral de Melo Neto

Ao longo deste trabalho, ao percorrer o território de vida, a irregularidade foi captada como tema central. Seria difícil fechar toda a discussão que se fez sem retomar uma questão: afinal, de que irregularidade se está falando?

A pergunta é instigante; de imediato, responde-se com o óbvio: é a irregularidade desses tantos *tangidos* da vida. Gente que vive sob tensão e em constante instabilidade – nem *dentro* e nem *fora* do território – ocupando um limiar, como nomeia Agamben (2010).

Há outro limiar que quase escapou de ser apontado, entre tantas coisas que não poderão ser aprofundadas neste trabalho. Refiro-me àquele que se estabelece na periferia e que faz dela, em muitos aspectos, uma zona de transição entre cidade e campo. A periferia carrega muito dos dois universos.

Há uma diversidade de elementos que denotam essa condição ambígua: no território encontram-se aparelhos tecnológicos sofisticados, sinal de *internet*, computadores, algo distante da roça de onde vieram nossos depoentes; em outros lugares, depara-se com uma paisagem do mundo rural, marcado por hortas, a própria criação de animais para o abate (como foi o caso do porco) e até mesmo um fogão a lenha. Acho que esses elementos disparam subjetividades específicas e, parece-me, podem servir de elemento para futuras pesquisas.

Fotografia 15 - Horta no quintal de uma das moradoras do bairro (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 04/12/2011).

Fotografia 16 - Fogão a lenha encontrado em uma das moradias do bairro (Foto: Márcio Dionizio Inácio em 08/07/2013).

Voltando à questão: que irregularidade é essa?

Aquilo que a todo o momento acenou como irregularidade mostrou ao final outras perspectivas. A proximidade, o olhar *de dentro*, revelou que, quando se tem que operar na irregularidade, busca-se conferir regularidade às operações cotidianas.

Nesse sentido, Michel de Certeau (2008), ao pesquisar o cotidiano dos ordinários (no sentido daquilo que não é extraordinário, fora do comum, etc.) ilumina essas reflexões. Ao se deparar com as operações cotidianas, ele se viu diante daquilo que nomeia como tática: “[...] chamo de tática a ação calculada pela ausência de um próprio” (CERTEAU, 2008, p. 100). O “próprio” para Certeau diz respeito às condições de poder que permitem que uma ação seja estratégica, calculada para um fim que amplia esse poder, permitindo controlar os adversários e conquistar para si lugares próprios e seguros. Na contramão, temos que a ação dos irregulares é a daqueles sem um *próprio*; mas nem por isso ela se queda dominada, inerte, passiva.

Certeau (2008, p. 100) prossegue em sua definição de tática: “Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”.

Acho que essa citação ajuda a pensar, com bastante proximidade, nossos atores. São eles *sem lugar* e assim se concebem o tempo todo. É curioso que mais do que o lugar da instrumentalidade, o dilema de muitos moradores do Bananal é a incerteza do lugar de morar. Vivem o dilema expressivo de ter comprado algo de outro, mas também na dúvida e na incerteza quanto à legitimidade da compra, em uma constante relação com o que não é experimentado como legítimo, como regular. Daí o sonho de obter uma escritura, um documento que dê fé pública do que se aspira como o seu *próprio*.

O autor é claro no sentido de que aqueles que precisam fazer uso das táticas não conseguem acumular, expandir-se ou pensar em saídas estratégicas a longo prazo. O tático opera “lance por lance” (p. 100).

Certeau (2008, p. 101) também é categórico: “A tática é a arte do fraco”. Entretanto, esse fraco, que eu considero muito mais como destituído, sabe se valer da força de operar na irregularidade.

Na afirmação sobre a arte do fraco, aparece, porém, algo sutil, mas revelador ao se referir aos que se utilizam da tática: “Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 2008, p. 101).

Isso é revelador. Nas operações táticas, há rotas de fuga, condições de se escapar da dominação dos proprietários. Nesse sentido, quase tudo no Bananal foi constituído com operações táticas. Estão incluídas nesse repertório as táticas para conseguir água e luz, a língua que se fala no cotidiano, o correio como alternativa de receber cartas e como espaço de sociabilidade, dentre outros. Conforme assinala o autor – e me parece denso de sentido – essas operações rompem com as estratégias do poder, firmam o inesperado, são instantes de astúcia (CERTEAU, 2008).

Claro que esse não é um movimento de mão única e muito menos linear historicamente. Sua singularidade está em justamente não sê-lo e, portanto, romper o bloqueio da dominação. Nessa mesma direção, há instantes de cooptação ou de ingresso na regularidade própria daqueles que lhes parecem ser os outros. Assim, há inúmeras falas que expressam uma solução muito semelhante à burguesia da cidade: nelas vemos a esperança de saída no trabalho como condição para vencer na vida, de poder progredir nos estudos, de garantir o futuro para os filhos, de ser dono do terreno.

A questão permanece: até aqui se falava de pessoas tidas como irregulares pelo poder público, porém, aos poucos, viu-se que a irregularidade em que vivem está organizada em torno de regularidades forjadas para que a vida possa escapar de ser capturada pela dominação. Assim, se não é da irregularidade desses que circulam para viver, de que irregularidade se está falando?

Outro *irregular* acenou neste trabalho: o pesquisador. Como relatei no começo, minha vida se confunde muito com a dos moradores do Bananal e já me vi encerrado em irregularidades como as atribuídas a eles. Todavia, entre tantos *nós* e

outros, recupero uma das condições para se fazer este tipo de pesquisa: os laços de amizade. O laço une, junta e constrói alianças. Acredito que é possível ser *nós* e *outros*, transitar e se sentir seguro nesses caminhos.

Se não é de nós, os irregulares, de que irregularidade se fala?

O que me resta é pensar que não há tanta regularidade do outro lado desse território, do lado daqueles que criam o parâmetro para dizer da irregularidade dos outros. Desconfio da regularidade de um Estado que não consegue sê-lo para todos e dos direitos que não são garantidos universalmente. Há uma dialética *dentro-fora* nisso tudo. Recordo-me de Agamben (2010), que vai demonstrando em seu trabalho o quanto o campo, mais do que um espaço temporal de exceção, converte-se no paradigma da modernidade e, nesse sentido, perde seu caráter extraordinário. Em um paralelo com Certeau (2008), é possível pensar que o campo pode ser o lugar do ordinário.

Como o Severino do poema de João Cabral de Melo Neto (1955/2008) que se viu espantado ao tomar parte no próprio cortejo fúnebre, assusto-me com a irregularidade de uma sociedade que não se vê irregular. Diante do assombro que me toma ao perceber que essa irregularidade não só questiona, mas revela a irregularidade da sociedade em que vivemos; fica para futuras incursões em campo de pesquisa fazer uma leitura de quais mecanismos – mais amplos do que qualquer estarrecimento – permitem que a condição de irregularidade vá se constituindo em regra e ganhando contornos quase ontológicos.

Por fim, os versos de João Cabral de Melo Neto (2008):

E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.

REFERÊNCIAS³

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 197p.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007. 235p.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219p.

BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 747p.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 252p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 23 nov. 2013.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000. 399p.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1**: artes do fazer. 15. Petrópolis: Vozes, 2008. 351p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. 218p.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000. 254p.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 224p.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. P. (Org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GRANDESSO, M. A. **Sobre a reconstrução do significado**: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 422p.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 299p.

³ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023

KOTHE, F. (Org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 49, p. 11, 29 jun 2002.

_____. A etnografia como prática e experiência. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MANDELBAUM, B. **O desemprego em situação**: esboços de estruturação de uma clínica social. 2004, 267f. Dissertação (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-12012007-162027/pt-br.php>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. **Psicanálise da família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. 123p.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009. 140p.

MISSAC, P. **Passagens de Walter Benjamin**. São Paulo: Iluminuras, 1998. 255p.

MELO NETO, J. C. **Morte e vida severina**. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 1955/2008. 133p.

PATTO, M. H. S. (Org.). **A cidadania negada**: políticas públicas e formas de viver. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. 605p.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista da USP**, n. 9, p. 45-56, mar./maio 1991.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Página Eletrônica da Rede Nossa São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ROCKWELL, E. **La experiência etnográfica**: história y cultura em los procesos educativos. Buenos Aires: Paidós, 2009. 222p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 169p.

SARAIVA, G. **Dom Helder**: sonhos e utopias. Fortaleza: Prontograf Gráfica e Editora, 2012. 219p.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 152p.

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/pdf/apresentacao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002. 343p.

VEREADOR GOULART. Página Eletrônica do Vereador Goulart. Disponível em: <<http://www.vereadorgoulart.com.br>>. Acesso em: 1 out. 2012.

ANEXO**Memorando nº 363/2011**

São Paulo, 19 de Setembro de 2011.

Memorando nº 363/2011

Assunto: Dados SIAB Chácara Bananal.

Caro Márcio Dionizio Inácio

Segue abaixo descrito, os dados do último fechamento do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB – da Chácara Bananal.

- 1) Número de famílias: 989 famílias cadastradas
- 2) Devido a possível divergência na classificação das faixas etárias como criança, adolescente, adulto e idoso, segue quadro com população distribuída conforme idade:

SEXO	<1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 a 59	>60	TOTAL
FEM	45	160	106	132	245	189	659	246	89	49	1920
MASC	40	130	94	124	221	228	677	232	116	50	1912
TOTAL	85	290	200	256	466	417	1336	478	205	99	3832

- 3) Tipos de habitação:
Tijolo: 938 domicílios
Madeira: 38 domicílios
Material aproveitado: 13 domicílios
- 4) Rede de saneamento básico:
Sistema de Esgoto: 294 domicílios
Fossa: 428 domicílios
Céu aberto: 267 domicílios
- 5) Acesso à água potável: Tratamento de água no domicílio
Filtração: 530 domicílios
Fervura: 9 domicílios
Cloração: 5 domicílios
Sem tratamento: 445 domicílios

- 6) Energia elétrica: Todas as famílias tem acesso a energia elétrica, mesmo que de forma clandestina (“gatos”).
- 7) População empregada: O SIAB não nos fornece este dado, apenas a “ocupação” da pessoa, que tanto pode ser formal ou informal. Além disso, não é um dado obrigatório para cadastro no SIAB. A grosso modo podemos informar os seguintes dados:

Desempregados: 541 pessoas

Com alguma ocupação (mesmo que informal) 1621 pessoas

Aposentados: 43

Sem informação: 330

- 8) Principais patologias presentes: Os dados a seguir são declarados / referidos pelo responsável pela família no ato do cadastro domiciliar.

Alcoolismo: 16 pessoas

Chagas: 01 pessoa

Deficiência física: 28 pessoas

Epilepsia: 07 pessoas

Hipertensão arterial: 262

Diabetes: 68 pessoas

Gestantes: 45 cadastradas (destas, 11 são menores de 19 anos)

Coloco-me a disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento que julgar necessário, através dos contatos abaixo.

Fone: 5895 – 8117

E-mail: ubs.vilacalu@cejam.org.br

Atenciosamente,

Alexandra Nogueira Pereira Marques
Gerente da UBS Vila Calú